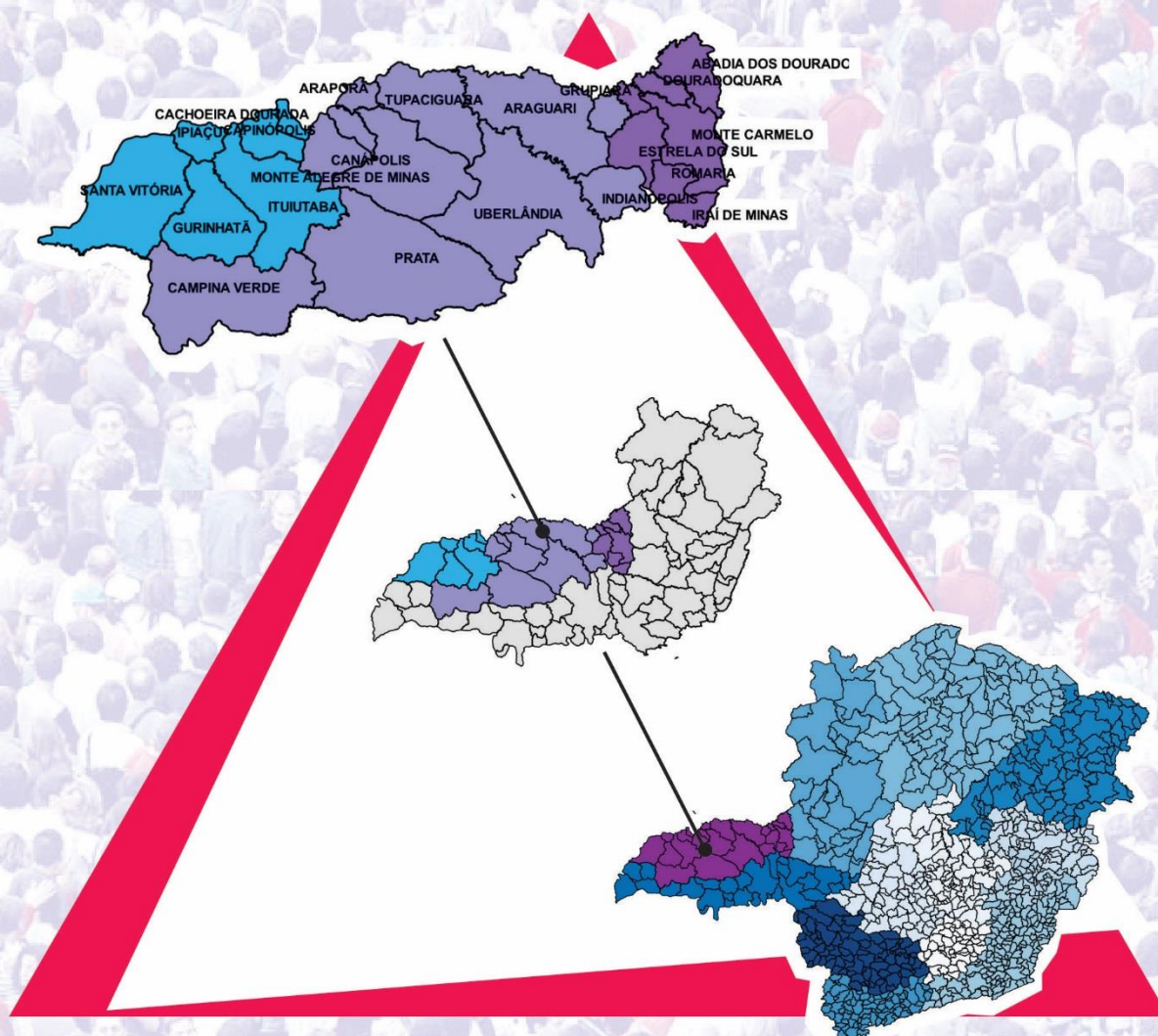


Aspectos econômicos, sociais e demográficos da Região Geográfica Intermediária de Uberlândia



Volume 4

Região Geográfica Intermediária de Uberlândia: Domicílios, Famílias e Déficit Habitacional nos anos 2000 e 2010.

Março de 2019

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Valder Steffen Júnior

Reitor

Instituto de Economia e Relações Internacionais - IERI

Wolfgang Lenk

Diretor *pro tempore***Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais - CEPES**

Rick Humberto Naves Galdino

Coordenador

Capa

Eduardo Warpechowski

Editora e Gráfica UFU

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do autor, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do CEPES/IERIUFU.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais não são permitidas.

Autoria / Citação deste trabalho acadêmico:

FERREIRA, Ester W.; BERTOLUCCI, Luiz. **Região Geográfica Intermediária de Uberlândia: Domicílios, Famílias e Déficit Habitacional nos anos 2000 e 2010.** Uberlândia: CEPES/IERIUFU, março de 2019. (Série Aspectos econômicos, sociais e demográficos da Região Geográfica Intermediária de Uberlândia, v. 4/5). Disponível em: <http://www.ieri.ufu.br>.

Apresentação

Recentemente, foi proposta a nova Divisão Regional Brasileira (IBGE, 2017) para a realização de estudos em nível de maior desagregação, com detalhamento das regiões que compõem as Unidades da Federação, propondo-se adotar o conceito de Regiões Geográficas Intermediárias (RGI) e de Regiões Geográficas Imediatas (RGI_m). Esta regionalização busca incorporar as transformações ocorridas no País ao longo das últimas três décadas. Com vistas a esta nova Divisão Regional, o CEPES disponibiliza a **Série Aspectos Econômicos, Sociais e Demográficos da Região Geográfica Intermediária de Uberlândia**, composta em cinco volumes, priorizando, informações sobre uma Região Geográfica Intermediária que se destaca por seu expressivo dinamismo entre as 13 RGI componentes do Estado de Minas Gerais.

Com base na nova Divisão Regional, o **Volume 1**, intitulado **Dinâmica demográfica e a recente Divisão Regional no Brasil: as Regiões Geográficas Intermediárias de Uberlândia, Patos de Minas e Uberaba, localizadas no Estado de Minas Gerais**, apresenta-se a dinâmica demográfica destes espaços regionais, tendo em conta as variações absoluta e relativa observadas para o tamanho da população residente, nas últimas décadas. Destaca-se, também, o ritmo de crescimento populacional medido pela taxa de crescimento geométrica anual, para os municípios brasileiros, agrupados com base em Regiões Geográficas Intermediárias (RGI) e em Regiões Geográficas Imediatas (RGI_m). Apresentam-se, deste modo, informações sistematizadas para as principais RGI e RGI_m brasileiras, destacando-se as RGI para o Estado de Minas Gerais e complementando-se, para estas últimas, considerações sobre o Grau de Urbanização (GU), as perspectivas de crescimento e o tempo de dobra no tamanho populacional (*Doubling Time*). Ao final, priorizam-se dados demográficos sobre as populações residentes nas RGI de Uberlândia, Patos de

Minas e Uberaba, incluindo a distribuição populacional entre o polo e os demais municípios destas RGI.

O **Volume 2** do estudo propõe uma análise da **situação do emprego formal na Região Intermediária de Uberlândia**, tanto em seu conjunto quanto no âmbito de cada um de seus municípios integrantes, com enfoque para o recente crise econômico-política (período 2014-2017). Os dados são provenientes, majoritariamente, das bases de informações empregatícias do extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O trabalho foi dividido em cinco sessões, sendo que a primeira relaciona-se à importância do tema do emprego no estudo do desenvolvimento econômico, a segunda traça um panorama mais geral da situação do mercado de trabalho formal na região analisada, a terceira dimensiona o estudo para o contexto setorial, a quarta investiga os desdobramentos no âmbito das remunerações e a quinta se refere às considerações finais.

De um modo geral, nota-se que a crise teve repercussões profundas para o mercado de trabalho da região, em consonância com o quadro mais geral do país e também do estado de Minas Gerais. Os anos que retratam uma queda mais acentuada do emprego se referem a 2015 e 2016, ao passo que o ano de 2017 marca uma espécie de recuperação do crescimento do estoque empregatício, a qual ainda é bastante incipiente para sugerir-se estável ao longo dos próximos anos. Os setores mais afetados foram o da Agropecuária, Comércio e Construção Civil, ressaltando-se que, para o conjunto da região, essas atividades ainda não lograram participar da referida retomada do emprego. Adicionalmente, chama-se atenção para a redução significativa da massa salarial nos anos 2015 e 2016, e para o fato de que mesmo em 2017, que apresenta leve crescimento em relação ao ano precedente, a massa de salários ainda se mostra inferior ao observado no ano inicial (2014).

O **Volume 3**, que trata da **Dinâmica e Caracterização do Comércio Internacional da Região Intermediária de Uberlândia**, apresenta uma descrição e análise do desempenho das exportações da Região para o período

recente (2011-2017), quando se constata o início da estagnação no comércio externo brasileiro, e com vista a entender: se houve uma retomada do crescimento, via exportação, da Região Intermediária de Uberlândia; qual a “qualidade” dessa retomada (das exportações), e quais os possíveis fatores que proporcionaram a recuperação. O estudo é feito para a Região como um todo, mas, também, separadamente, por município. Para tanto, foram analisados alguns índices (índices de preço e quantidade das exportações), a pauta exportadora por produto, classificação industrial (ISIC), intensidade tecnológica (SIIT) e principais países de destino. Relaciona-se, também, essas variáveis com a taxa de câmbio (R\$/US\$); crescimento das importações mundiais; taxa de crescimento do mundo, da China e preço das *commodities*.

O **Volume 4** analisa as **informações sobre domicílios, famílias e déficit habitacional** em duas seções. Na primeira, busca-se verificar a dinâmica demográfica definida a partir do número de famílias e domicílios na região em estudo e em seus municípios componentes, relacionando os resultados obtidos àqueles analisados quanto ao volume e ritmo de crescimento populacional explicitados no Volume 1 desta série, ao tratar sobre a Região Geográfica Intermediária de Uberlândia. Na segunda seção, os resultados do cálculo do déficit habitacional da RGI_Udia e dos 24 municípios que a constituem são apresentados tendo como fonte de dados a base de informações disponibilizada pela Fundação João Pinheiro (FJP) referente ao ano de 2010.

O **Volume 5** acompanha a **evolução das receitas orçamentárias dos 24 municípios que compõem a Região Intermediária de Uberlândia**, no contexto da crise econômica instalada em todo o país em meados de 2014 e visa analisar os possíveis impactos que o Novo Regime Fiscal (NRF) da União, instituído em 2016, possa ter sobre as finanças destes municípios.

Sumário

Volume 4

Região Geográfica Intermediária de Uberlândia: domicílios, famílias e déficit habitacional nos anos 2000 e 2010.

Introdução.....	1
1. Número de domicílios permanentes e famílias.....	3
2. Déficit Habitacional na Região Geográfica Intermediária de Uberlândia.	10
2.1 – Aspectos conceituais.	11
2.2 – Déficit habitacional total e relativo segundo a situação de domicílio.	14
2.3 – Déficit habitacional por componentes.	17
2.4. Déficit habitacional urbano por componentes e por faixas de rendimento domiciliar.....	22
Considerações Finais	34
Referências Bibliográficas	36

REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE UBERLÂNDIA: DOMICÍLIOS, FAMÍLIAS E DÉFICIT HABITACIONAL NOS ANOS 2000 E 2010.

*Ester William Ferreira
Luiz Bertolucci Jr.*

Resumo

Este estudo, referenciado na nova Divisão Regional do Brasil, analisa as informações sobre domicílios, famílias e déficit habitacional em duas seções. Na primeira, busca-se verificar a dinâmica demográfica definida a partir do número de famílias e domicílios na região em estudo e em seus municípios componentes, relacionando os resultados obtidos àqueles analisados quanto ao volume e ritmo de crescimento populacional explicitados no Volume 1 desta série, ao tratar sobre a Região Geográfica Intermediária de Uberlândia. Na segunda seção, os resultados do cálculo do déficit habitacional da RGI_Udia e dos 24 municípios que a constituem são apresentados tendo como fonte de dados a base de informações disponibilizada pela Fundação João Pinheiro (FJP) referente ao ano de 2010.

Palavras-chave: análise demográfica; domicílio; família; Região Geográfica Intermediária; Uberlândia; déficit habitacional.

INTERMEDIATE GEOGRAPHIC REGION OF UBERLÂNDIA: HOUSEHOLDS, FAMILIES AND HOUSING DEFICIT IN THE YEARS 2000 AND 2010.

Summary

This study, referenced in the new Regional Division of Brazil, analyzes the information on households, families and housing deficit in two sections. In the first one, it is sought to verify the demographic dynamics defined by the number of families and households in the study region and in its component municipalities, relating the results obtained to those analyzed in terms of population volume and growth rate explained in Volume 1 of this series, when dealing with the Intermediate Geographical Region of Uberlândia. In the second section, the results of calculating the housing deficit of RGI_Udia and its 24 municipalities are presented based on information provided by Fundação João Pinheiro (FJP) for the year 2010.

Keywords: demographic analysis; residence; family; Intermediate Geographical Region; Uberlândia; housing deficit.

JEL: J10, J11, R21.

REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE UBERLÂNDIA: DOMICÍLIOS, FAMÍLIAS E DÉFICIT HABITACIONAL NOS ANOS 2000 E 2010.

*Ester William Ferreira¹
Luiz Bertolucci Jr.²*

Introdução

O Brasil vem passando por grandes mudanças na dinâmica demográfica desde os anos 1960 no que se refere à mudança do padrão do crescimento populacional; mudanças estas decorrentes da queda persistente da fecundidade, da diminuição das taxas de natalidade, do aumento da longevidade e, por conseguinte, do processo de envelhecimento da população. Além destas, o intenso crescimento demográfico do meio urbano reflete o elevado grau de urbanização presente em quase todas as esferas subnacionais do Brasil, um dos resultados do processo de desconcentração industrial, que contribuiu para induzir o desenvolvimento da atividade industrial em outras regiões para além da região Sudeste, onde antes se concentrava e para onde se deslocava grandes volumes de população (CEDEPLAR, 2018). Tanto a transição demográfica quanto a intensa transição urbana, verificadas para o País como um todo, são captadas, de igual modo, em estudos em nível municipal (CEPES, 2018).

Algumas das manifestações dessas mudanças e de seus impactos no âmbito geográfico são vistos nas transformações da realidade habitacional do País. Enquanto a população brasileira cresceu 267,2% entre 1960 e 2010, passando de, aproximadamente, 70 milhões para 191 milhões de habitantes, os domicílios particulares permanentes ocupados tiveram aumento de 462,8%, saindo de 13,5 milhões, em 1960, para 56,5 milhões de unidades em 2010 (Alves e Canevagli, 2014). Esse maior crescimento do número de domicílios relativamente ao crescimento populacional está relacionado, pelo lado dos fatores demográficos, à diversificação dos arranjos familiares - manifesta em novas configurações de famílias, que têm aumentado o número de pessoas morando sozinhas, bem como o número de casais sem filhos e o número de famílias monoparentais

¹ Economista do IERI/UFU e Doutora em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia/IERIUFU. Pesquisadora do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI/UFU). *E-mail:* ewferreira@ufu.br.

² Economista pelo IERI/UFU e Demógrafo / Doutor em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG. Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). *E-mail:* bertolucci@ufu.br.

-, e, pelo lado de fatores socioeconômicos, à concentração populacional nos centros urbanos mais dinâmicos devido à busca de emprego e de melhores condições de vida, levando à necessidade de reposição de unidades habitacionais e, também, do incremento de moradias.

Entender a dinâmica entre população, domicílio e famílias é fundamental para compreender o quadro da demanda por habitações e, por conseguinte, o déficit habitacional em determinado espaço geográfico, uma vez que este aponta para a necessidade de construção de novas moradias, seja para substituir o estoque já existente, seja para atender a demanda decorrente das mudanças demográficas.

O presente estudo tem como objeto analítico a Região Geográfica Intermediária de Uberlândia (RGI_Udia). Esse recorte geográfico constitui parte da definição de um novo recorte regional apresentado pelo IBGE na publicação *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias* (IBGE, 2017), sendo composto por vinte e quatro municípios, entre os quais o município de Uberlândia se destaca como o seu município polo.

Este trabalho constitui um primeiro esforço de análise de dados para o recorte geográfico delineado, e, no que tange à realidade habitacional desse recorte, também dá o primeiro passo em busca da compreensão de algumas mudanças demográficas e seus possíveis efeitos sobre a necessidade de moradia da população residente.

O estudo do déficit habitacional, seja pelo aspecto do aumento do estoque de moradias, seja pelo aspecto da substituição das moradias precárias, carece da análise de outros fatores que podem contribuir para elevar ou diminuir a necessidade de moradia, tais como: estrutura de emprego e renda na região em estudo e em seus municípios componentes; abertura/fechamento de estabelecimentos empregadores, que podem provocar o deslocamento de pessoas para determinadas localidades; comportamento do mercado imobiliário quanto à valorização do espaço urbano, entre outros.

Deste modo, neste capítulo, serão analisadas as informações sobre domicílios, famílias e déficit habitacional em duas seções. Na primeira, busca-se verificar a dinâmica demográfica definida a partir do número de famílias e domicílios na região em estudo e em seus municípios componentes, relacionando os resultados obtidos àqueles analisados quanto ao volume e ritmo de crescimento populacional explicitados no primeiro capítulo deste estudo da Região Geográfica Intermediária de Uberlândia. Na segunda seção, os resultados do cálculo do déficit habitacional da RGI_Udia e dos 24 municípios que a constituem são apresentados tendo como fonte de dados a base de informações disponibilizada pela Fundação João Pinheiro (FJP) referente ao ano de 2010.

1. Número de domicílios permanentes e famílias.

Nesta seção procura-se verificar a dinâmica demográfica definida a partir do número de famílias e domicílios na Região Geográfica Intermediária de Uberlândia (RGI_Udia) e seus municípios componentes, relacionando-se estas informações com os resultados obtidos pelo volume e ritmo do crescimento populacional para esta região específica.

As informações se referem aos dados censitários de 2000 e 2010, tendo em vista o conceito de família como o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de convivência dos moradores com a pessoa responsável pelo domicílio, residentes na mesma unidade doméstica (IBGE, 2010). As informações não foram desagregadas por diferentes tipos de família, por exemplo, família única ou família convivente.

Quanto ao número de domicílios, levam-se em conta os domicílios particulares permanentes, tendo em vista o conceito em que o domicílio foi construído a fim de servir exclusivamente para habitação e, na data de referência para a realização do censo demográfico, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas, a uma ou mais famílias (IBGE, 2010). As informações não detalham por tipos de domicílios, tais como os domicílios ocupados ou fechados, uso ocasional, vagos, por exemplo.

A Tabela 1 apresenta o número de domicílios para os 24 municípios que compõem a RGI_Udia, por situação de domicílio rural ou urbana. Nota-se que, dos 344,5 mil domicílios na região, a maior parte deles concentra-se no município polo de Uberlândia, aproximadamente 196 mil domicílios, sendo os demais 149 mil domicílios distribuídos entre os outros 23 municípios. Assim, 57% do total de domicílios localizam-se no polo da RGI_Udia, predominando os domicílios situados na cidade polo. Observa-se uma maior distribuição relativa de domicílios rurais nos demais municípios, representando 13% do total.

O crescimento absoluto no número de domicílios, entre os anos de 2000 e 2010, ocorreu de maneira acentuada no município polo, representando mais que o dobro do crescimento de domicílios observado nos demais municípios: Polo Uberlândia – crescimento de 51 mil domicílios; demais municípios – crescimento de 25 mil domicílios (Tabela 1). Desta maneira, enquanto o polo experimentou um crescimento relativo de 35% no número de domicílios ao longo da Década de 2000, os outros municípios contaram com uma expansão de domicílios em 20%.

Tabela 1 - Região Geográfica Intermediária de Uberlândia - Minas Gerais (RGI_Udia):
Número de domicílios particulares, por situação de domicílio dos municípios (2000 e 2010).

24 Municípios da RGI	Ano	2000			2010		
		Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total
Abadia dos Dourados		807	1.265	2.072	841	1.473	2.314
Araguari		2.593	26.737	29.330	2.465	32.984	35.449
Araporã		150	1.249	1.399	84	1.711	1.795
Cachoeira Dourada		91	548	639	96	685	781
Campina Verde		1.679	4.007	5.686	1.611	4.933	6.544
Canápolis		472	2.518	2.990	403	3.285	3.688
Capinópolis		389	3.876	4.265	324	4.658	4.982
Cascalho Rico		469	373	842	389	652	1.041
Centralina		258	2.664	2.922	269	2.968	3.237
Douradoquara		211	365	576	225	444	669
Estrela do Sul		541	1.463	2.004	462	1.970	2.432
Grupiara		73	368	441	79	426	505
Gurinhata		1.247	883	2.130	1.175	991	2.166
Indianópolis		576	888	1.464	654	1.294	1.948
Ipiacu		175	1.057	1.232	139	1.271	1.410
Iraí de Minas		400	1.189	1.589	441	1.571	2.012
Ituiutaba		1.542	25.095	26.637	1.494	30.865	32.359
Monte Alegre de Minas		1.649	3.835	5.484	1.736	4.970	6.706
Monte Carmelo		1.638	10.870	12.508	1.846	13.107	14.953
Prata		1.858	4.801	6.659	1.921	6.297	8.218
Romaria		290	754	1.044	254	883	1.137
Santa Vitória		1.154	3.755	4.909	1.095	5.008	6.103
Tupaciguara		827	6.321	7.148	739	7.498	8.237
Uberlândia		3.333	141.128	144.461	5.003	190.804	195.807
População Total							
RGI_Udia		22.422	246.009	268.431	23.745	320.748	344.493
Polo: Uberlândia		3.333	141.128	144.461	5.003	190.804	195.807
Demais municípios		19.089	104.881	123.970	18.742	129.944	148.686
Distribuição relativa (%)							
RGI_Udia		8,4	91,6	100	6,9	93,1	100
Polo: Uberlândia		2,3	97,7	100	2,6	97,4	100
Demais municípios		15,4	84,6	100	12,6	87,4	100
Participação relativa (%)							
RGI_Udia		100	100	100	100	100	100
Polo: Uberlândia		14,9	57,4	53,8	21,1	59,5	56,8
Demais municípios		85,1	42,6	46,2	78,9	40,5	43,2
Variação absoluta				2000 - 2010			
RGI_Udia				1.323	74.739	76.062	
Polo: Uberlândia				1.670	49.676	51.346	
Demais municípios				- 347	25.063	24.716	
Variação relativa (%)				2000 - 2010			
RGI_Udia				5,9	30,4	28,3	
Polo: Uberlândia				50,1	35,2	35,5	
Demais municípios				-1,8	23,9	19,9	
Taxa de crescimento anual (%)				2000 - 2010			
RGI_Udia				0,57	2,69	2,53	
Polo: Uberlândia				4,15	3,06	3,09	
Demais municípios				-0,18	2,17	1,83	

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010 – Universo (Elaborada pelos autores).

Se considerada a Taxa de Crescimento anual³ (TC) de domicílios para a RGI_Udia, para o município polo e os demais municípios, observa-se que as TC observadas, ao longo da última década, superam as TC populacionais, para o mesmo período, destacando um maior ritmo de crescimento no número de domicílios que aquele evidenciado no crescimento da população residente (Tabela 1).

Enquanto na RGI_Udia, os domicílios apresentaram TC de 2,53% a.a., no município polo a TC superou 3% a.a., bem acima da TC de 1,83% a.a. observada para o conjunto dos demais 23 municípios. As TC populacionais, observadas no período 2000-2010, tanto para a RGI_Udia (1,34% a.a.), para o município polo (1,88% a.a.) ou para os demais municípios (0,67% a.a.) mostraram um ritmo de crescimento anual bem inferior ao observado pelo ritmo de crescimento no número de domicílios.

Se considerada a situação urbana ou rural de localização dos domicílios, somente observou-se queda absoluta no número de domicílios no setor rural dos demais municípios, aproximadamente 350 domicílios, com uma correspondente TC negativa de -0,18 % a.a. (Tabela 1).

Evidenciou-se, portanto, uma expansão na oferta de domicílios na RGI_Udia, ao longo da Década de 2000, a um ritmo superior ao crescimento populacional, resultando, desta maneira, em menor número de pessoas por domicílio, na comparação entre os anos de 2000 e 2010 (Tabela 2). Se, no ano 2000, encontravam-se 3,4 pessoas/domicílio na RGI_Udia, sendo que, para o município polo de Uberlândia, esta medida atingia 3,5 pessoas/domicílio, no ano de 2010 estes resultados se igualam em 3,1 pessoa/domicílio tanto na RGI_Udia quanto para seu polo.

De maneira geral, a Tabela 2 retrata a menor presença de pessoas por domicílio, em todos os municípios componentes da RGI_Udia, independentemente da localização do domicílio na cidade ou no campo, se comparados os anos 2000 e 2010. Neste último ano, o município de Grupiara apresentou a menor relação de pessoas/domicílio no meio rural, em 2,5 pessoas/domicílio, enquanto o município de Romaria contou com 3,5 pessoas/domicílio residentes no campo. Em relação ao meio urbano, observou-se, no município de Araporã, a maior relação, com 3,4 pessoas/domicílio, enquanto o município de Gurinhatã contava com 2,7 pessoas/domicílio residindo em sua sede urbana.

³ Taxa média geométrica de crescimento anual de domicílios ou de famílias (TC): Incremento médio anual, medido pela expressão $i = \frac{\sqrt[n]{P(t+n)}}{P(t)}$, sendo P(t+n) e P(t) populações (domicílios ou famílias) correspondentes a duas datas sucessivas, e n o intervalo de tempo entre essas datas, medido em ano e fração de ano (IBGE, 2016).

Tabela 2 - Região Geográfica Intermediária de Uberlândia - Minas Gerais (RGI_Udia):
Número de pessoas por domicílio particular permanente, por situação de domicílio (2000 e 2010).

24 Municípios da RGI	Ano	2000			2010		
		Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total
Abadia dos Dourados		3,5	2,8	3,1	3,0	2,8	2,9
Araguari		3,6	3,5	3,5	2,9	3,1	3,1
Araporã		3,3	3,9	3,8	2,9	3,4	3,4
Cachoeira Dourada		3,4	3,6	3,6	2,9	3,2	3,2
Campina Verde		3,4	3,3	3,4	3,0	2,9	3,0
Canápolis		3,4	3,6	3,6	2,9	3,1	3,1
Capinópolis		3,2	3,4	3,4	3,0	3,1	3,1
Cascalho Rico		3,3	2,9	3,1	2,7	2,8	2,7
Centralina		3,4	3,5	3,5	3,5	3,1	3,2
Douradoquara		3,1	3,1	3,1	2,7	2,8	2,8
Estrela do Sul		3,4	3,4	3,4	3,0	3,1	3,1
Grupiara		3,0	3,1	3,1	2,5	2,8	2,7
Gurinhatã		3,4	3,0	3,2	2,9	2,7	2,8
Indianópolis		3,7	3,7	3,7	3,3	3,1	3,2
Ipiacu		2,9	3,3	3,3	2,6	2,9	2,9
Iraí de Minas		3,3	3,9	3,7	3,0	3,3	3,2
Ituiutaba		3,4	3,3	3,3	2,7	3,0	3,0
Monte Alegre de Minas		3,2	3,3	3,3	2,9	2,9	2,9
Monte Carmelo		3,5	3,5	3,5	3,1	3,1	3,1
Prata		3,8	3,4	3,5	3,3	3,1	3,1
Romaria		3,7	3,5	3,6	3,5	3,1	3,2
Santa Vitória		3,3	3,3	3,3	2,9	3,0	3,0
Tupaciguara		3,0	3,3	3,2	2,9	2,9	2,9
Uberlândia		3,7	3,5	3,5	3,3	3,1	3,1
População Total							
RGI_Udia		3,5	3,4	3,4	3,1	3,1	3,1
Polo: Uberlândia		3,7	3,5	3,5	3,3	3,1	3,1
Demais municípios		3,4	3,4	3,4	3,0	3,0	3,0

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010 – Universo (Elaborada pelos autores).

O tamanho médio dos domicílios, considerando o número de pessoas observado para a RGI_Udia, acompanha ao observado para o País como um todo. Enquanto na Década de 70 os domicílios brasileiros contavam, em média, com 5,3 pessoas, em 2010 este número se mostrava em 3,3 pessoas/domicílio, e pesquisas recentes já apontam que a média brasileira se aproxima de 3,0 pessoas/domicílio (Wong *et al.*, 2018). A queda persistente da fecundidade, a diminuição das taxas de mortalidade infantil e a maior participação feminina no mercado de trabalho, entre outros fatores, nas décadas recentes, geram famílias cada vez menores, em diversos casos com menos de dois filhos.

Quanto ao número de famílias residentes na RGI_Udia e seus municípios, a Tabela 3 destaca que, de maneira semelhante aos domicílios, das 314 mil famílias residentes na RGI_Udia, 57% delas, ou seja, 179 mil famílias, localizam-se no município polo de Uberlândia, enquanto as 135 mil famílias restantes, representando 43% do total, distribuem-se nos outros 23 municípios, sendo que, entre estes, os municípios de Araguari,

Ituiutaba e Monte Carmelo, nesta ordem, são aqueles que concentram os maiores contingentes de famílias.

Interessante notar que o aumento no número de famílias, na ordem de 29 mil, entre os anos de 2000 e 2010, ocorreu predominantemente no município polo (26 mil), independente do setor de residência urbano (25 mil) ou rural (1 mil), enquanto para os demais municípios da RGI_Udia observou-se o aumento absoluto de 6 mil famílias no meio urbano, porém chama atenção a diminuição absoluta no número de famílias que residiam no meio rural, aproximadamente 3 mil (Tabela 3).

O aumento absoluto no número de famílias, entre os anos censitários, pelo menos para o conjunto dos setores urbanos dos municípios que compõem a RGI_Udia, tendo em vista que para alguns municípios ocorreu a diminuição do número de famílias também nas cidades: Abadia dos Dourados, Campina Verde, Centralina, Grupiara, Gurinhatã, Romaria e Tupaciguara, gerou diferentes TC entre o polo e os demais municípios, bem como entre os setores rural e urbano, com relação ao crescimento ou decréscimo do número de famílias residentes (Tabela 3).

Se o município polo experimentou TC de 1,56% a.a. no número de famílias, na Década de 2000, taxa esta resultante do crescimento apresentado pela TC de 1,53% a.a. no meio urbano e da TC 2,54% a.a. para o meio rural, este último com baixo contingente populacional, ficou evidente que, para os demais municípios, as TC em relação às famílias ficaram muito inferiores (TC 0,23% a.a.), inclusive negativas, para o setor rural: TC -1,63% a.a. (Tabela 3).

A queda no ritmo de crescimento da população como um todo, experimentada por boa parte dos municípios localizados na RGI_Udia, inclusive pelo polo, observada na Década de 2000, o que impactou no menor crescimento do número de famílias, e em outro sentido, o ritmo de crescimento no número de domicílios superior ao observado para a população, mostra que, de maneira geral, ocorreu a diminuição na relação família/domicílio, entre os anos censitários de 2000 e 2010.

Tabela 3 - Região Geográfica Intermediária de Uberlândia - Minas Gerais (RGI_Udia):
Número de famílias, por situação de domicílio dos municípios (2000 e 2010).

24 Municípios da RGI	Ano		2000			2010		
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total		
Abadia dos Dourados	870	1.331	2.201	772	1.248	2.021		
Araguari	2.712	28.781	31.493	2.110	30.909	33.019		
Araporã	161	1.394	1.554	70	1.736	1.806		
Cachoeira Dourada	71	604	674	90	651	741		
Campina Verde	1.681	4.400	6.082	1.462	4.361	5.823		
Canápolis	465	2.745	3.210	323	3.006	3.329		
Capinópolis	403	4.072	4.476	292	4.226	4.519		
Cascalho Rico	472	395	867	321	539	860		
Centralina	253	2.821	3.074	252	2.699	2.951		
Douradoquara	218	358	576	185	375	561		
Estrela do Sul	557	1.500	2.057	408	1.762	2.170		
Grupiara	76	392	468	62	343	405		
Gurinhata	1.320	924	2.244	1.088	819	1.907		
Indianópolis	588	952	1.540	620	1.145	1.765		
Ipiacu	176	1.092	1.268	114	1.136	1.250		
Iraí de Minas	416	1.314	1.730	407	1.503	1.910		
Ituiutaba	1.664	26.708	28.372	1.189	28.162	29.352		
Monte Alegre de Minas	1.557	4.138	5.695	1.553	4.290	5.843		
Monte Carmelo	1.684	11.727	13.411	1.553	11.898	13.451		
Prata	1.976	5.255	7.231	1.945	5.771	7.716		
Romaria	315	831	1.147	254	800	1.054		
Santa Vitória	1.238	3.955	5.194	983	4.472	5.455		
Tupaciguara	795	6.735	7.530	634	6.672	7.306		
Uberlândia	3.591	149.831	153.423	4.613	174.419	179.033		
População Total								
RGI_Udia	23.259	262.255	285.517	21.300	292.942	314.247		
Polo: Uberlândia	3.591	149.831	153.423	4.613	174.419	179.033		
Demais municípios	19.668	112.424	132.094	16.687	118.523	135.214		
Distribuição relativa (%)								
RGI_Udia	8,1	91,9	100	6,8	93,2	100		
Polo: Uberlândia	2,3	97,7	100	2,6	97,4	100		
Demais municípios	14,9	85,1	100	12,3	87,7	100		
Participação relativa (%)								
RGI_Udia	100	100	100	100	100	100		
Polo: Uberlândia	15,4	57,1	53,7	21,7	59,5	57,0		
Demais municípios	84,6	42,9	46,3	78,3	40,5	43,0		
Varição absoluta				2000 - 2010				
RGI_Udia				- 1.959	30.687	28.730		
Polo: Uberlândia				1.022	24.588	25.610		
Demais municípios				- 2.981	6.099	3.120		
Varição relativa (%)				2000 - 2010				
RGI_Udia				-8,4	11,7	10,1		
Polo: Uberlândia				28,5	16,4	16,7		
Demais municípios				-15,2	5,4	2,4		
Taxa de crescimento anual (%)				2000 - 2010				
RGI_Udia				-0,88	1,11	0,96		
Polo: Uberlândia				2,54	1,53	1,56		
Demais municípios				-1,63	0,53	0,23		

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010 – Amostra (Elaborada pelos autores).

A Tabela 4 mostra que, se em 2000 observava-se uma relação geral de 1,1 famílias por domicílio, tanto para a RGI_Udia, quanto para seus municípios componentes, inclusive o polo, em 2010, esta relação cai para 0,9 família/domicílio para a RGI_Udia, o polo e o conjunto dos demais municípios.

Independente da situação rural ou urbana do domicílio observou-se uma queda generalizada da proporção de família/domicílio, na última década, captada em todos os 24 domicílios pertencentes à RGI_Udia, sendo que apenas o município de Cachoeira Dourada mostrou aumento nesta relação, alterando de 0,8 família/domicílio, em 2000, para 0,9 família/domicílio em 2010 (Tabela 4).

Tabela 4 - Região Geográfica Intermediária de Uberlândia - Minas Gerais (RGI_Udia): Número de famílias por domicílio particular, por situação de domicílio (2000 e 2010).

24 Municípios da RGI	Ano		2000			2010		
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total		
Abadia dos Dourados	1,1	1,1	1,1	0,9	0,8	0,9		
Araguari	1,0	1,1	1,1	0,9	0,9	0,9		
Araporã	1,1	1,1	1,1	0,8	1,0	1,0		
Cachoeira Dourada	0,8	1,1	1,1	0,9	1,0	0,9		
Campina Verde	1,0	1,1	1,1	0,9	0,9	0,9		
Canápolis	1,0	1,1	1,1	0,8	0,9	0,9		
Capinópolis	1,0	1,1	1,0	0,9	0,9	0,9		
Cascalho Rico	1,0	1,1	1,0	0,8	0,8	0,8		
Centralina	1,0	1,1	1,1	0,9	0,9	0,9		
Douradoquara	1,0	1,0	1,0	0,8	0,8	0,8		
Estrela do Sul	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9		
Grupiara	1,0	1,1	1,1	0,8	0,8	0,8		
Gurinhatã	1,1	1,0	1,1	0,9	0,8	0,9		
Indianópolis	1,0	1,1	1,1	0,9	0,9	0,9		
Ipiaçu	1,0	1,0	1,0	0,8	0,9	0,9		
Iraí de Minas	1,0	1,1	1,1	0,9	1,0	0,9		
Ituiutaba	1,1	1,1	1,1	0,8	0,9	0,9		
Monte Alegre de Minas	0,9	1,1	1,0	0,9	0,9	0,9		
Monte Carmelo	1,0	1,1	1,1	0,8	0,9	0,9		
Prata	1,1	1,1	1,1	1,0	0,9	0,9		
Romaria	1,1	1,1	1,1	1,0	0,9	0,9		
Santa Vitória	1,1	1,1	1,1	0,9	0,9	0,9		
Tupaciguara	1,0	1,1	1,1	0,9	0,9	0,9		
Uberlândia	1,1	1,1	1,1	0,9	0,9	0,9		
População Total								
RGI_Udia	1,0	1,1	1,1	0,9	0,9	0,9		
Polo: Uberlândia	1,1	1,1	1,1	0,9	0,9	0,9		
Demais municípios	1,0	1,1	1,1	0,9	0,9	0,9		

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010 – Universo (Elaborada pelos autores).

2. Déficit Habitacional na Região Geográfica Intermediária de Uberlândia.

Esta seção tem por finalidade apresentar os resultados do cálculo do déficit habitacional da chamada Região Geográfica Intermediária de Uberlândia (RGI_Udia) e de seus municípios componentes no ano de 2010.

Esse cálculo é realizado pelo Centro de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro (FJP), que, em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, desenvolveu uma metodologia que tem sido usada como indicador oficial da política habitacional do governo federal nas últimas décadas, servindo de referência para os estudiosos dessa temática no País.

A referida metodologia possibilita as estimativas do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios para todos os municípios brasileiros a partir das informações do Censo Demográfico, elaborado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em anos intercensitários, o cálculo do déficit habitacional é realizado pela FJP a partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), também de responsabilidade do IBGE, tendo como recortes geográficos o País, as regiões, as Unidades da Federação e as regiões metropolitanas (RMs) selecionadas, não sendo possível o referido cálculo para os municípios.

O estudo do déficit habitacional visa levantar a necessidade de construção de novas moradias com vistas à solução de problemas sociais e específicos de habitação percebidos em determinado momento. A análise da inadequação dos domicílios, por sua vez, busca conhecer os problemas na moradia não relacionados à dimensão do estoque das habitações, mas, sim, às especificidades internas das mesmas, que interferem na qualidade de vida dos moradores. Ambos os estudos têm como objetivo oferecer informações que possam subsidiar a intervenção no espaço urbano por parte dos diversos níveis de governo, bem como dos demais agentes que, de maneira direta ou indireta, desenvolvem ações ligadas às políticas habitacionais e a outras interligadas a esta – políticas de planejamento urbano, políticas sociais e de meio ambiente, políticas de reforma e ampliação de casas, entre outras.

Nesta primeira análise das informações sobre o déficit habitacional para o recorte geográfico delineado – a Região Geográfica Intermediária de Uberlândia (RGI_Udia), busca-se contribuir para o conhecimento da realidade da população residente nessa região quanto à demanda de novas moradias. O ano em análise é 2010 por se tratar do ano em

que foi realizado o último Censo Demográfico, que disponibiliza os dados necessários para o cálculo do déficit habitacional em nível municipal. Por ora, não serão analisadas as informações sobre a inadequação dos domicílios.

2.1 – Aspectos conceituais.

Em linhas gerais, o conceito de déficit habitacional está relacionado à deficiência do estoque de moradias para atender à demanda habitacional da população em determinado momento. Essa deficiência engloba as moradias sem condições de habitabilidade devido à precariedade em que se encontram as edificações ou em virtude do desgaste da estrutura física. O déficit habitacional está relacionado também à existência de famílias em situação de coabitação familiar forçada, por não terem condições de constituírem sua própria unidade familiar, ou, ainda, devido àquelas famílias que têm dificuldade de pagar o aluguel, podendo incorrer em situação de viver sob maior densidade populacional em casas e apartamentos alugados, incluindo a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais (FJP, 2013).

Desse modo, de acordo com a metodologia da FJP, o déficit habitacional é calculado como a soma de quatro componentes: 1) domicílios precários; 2) coabitação familiar; 3) ônus excessivo com aluguel urbano, e 4) adensamento excessivo de domicílios alugados. Cada componente é calculado de forma sequencial, de maneira que a verificação de um critério está condicionada a não ocorrência dos critérios anteriores, garantindo, assim, que não haja dupla contagem de domicílios⁴.

De maneira sucinta, cabe explicitar o que inclui cada componente:

1. Domicílios precários: resulta da soma de dois subcomponentes – domicílios improvisados e domicílios rústicos.

Os domicílios improvisados englobam os locais e imóveis que não têm fins residenciais, mas que servem como moradia alternativa, como, por exemplo: imóveis comerciais, embaixo de pontes e viadutos, barracas, entre outros. A situação de improvisação de moradia evidencia a existência do déficit por incremento de estoque, demonstrando a necessidade de novas unidades domiciliares.

⁴ Para maior detalhamento da metodologia de cálculo do déficit habitacional, consultar a publicação *Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010* (FJP, 2013), que explica cada componente e subcomponente utilizado no cálculo, além de apresentar a descrição da variável do Censo Demográfico 2010 e a categorização atribuída à mesma.

Os domicílios rústicos são aqueles edificados sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada; em geral são construídos com taipa não revestida, madeira aproveitada, palha ou outro material. Esse tipo de edificação, sem condições de habitabilidade, traz consigo condições insalubres de moradia que podem resultar em risco de contaminação de doenças para os moradores.

- 2. Coabitação familiar:** compreende as famílias conviventes secundárias que declararam a intenção de constituir um domicílio exclusivo. Segundo o critério do IBGE, essas famílias são "(...) aquelas constituídas por, no mínimo, duas pessoas ligadas por laço de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, e que residem no mesmo domicílio com outra família denominada principal" (FJP, 2013:15). Essa informação não é encontrada no Censo Demográfico 2010. Por isso, o IBGE desenvolveu formas alternativas para identificar, de forma indireta, as famílias conviventes secundárias⁵.

As famílias residentes em cômodos foram incluídas no déficit habitacional porque esse tipo de moradia pode não evidenciar a situação real de coabitação, uma vez que os domicílios são formalmente distintos. "Segundo a definição do IBGE, os cômodos são domicílios particulares compostos por um ou mais aposentos localizados em casa de cômodo, cortiço, cabeça-de-porco - entre outros" (FJP, 2013: 16).

- 3. Ônus excessivo com aluguel urbano:** corresponde ao número de famílias urbanas, com renda familiar de até três salários mínimos, que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel⁶. A partir desse conceito, para ser classificado como domicílio com ônus excessivo com aluguel, é necessário que ele atenda a quatro critérios simultaneamente: precisa estar localizado em área urbana; a renda domiciliar dos moradores deve ser de até três salários mínimos, deve ser alugado e tem que apresentar a razão entre valor do aluguel e rendimento domiciliar superior a 30%.

O entendimento que perpassa o conceito de ônus excessivo com aluguel urbano é o de que, para determinada parcela pobre da população, o aluguel não é uma

⁵ Para maiores detalhes, consultar a publicação *Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010* (FJP, 2013).

⁶ "O índice de comprometimento máximo de renda familiar foi definido tendo em vista parâmetro tradicional do antigo Banco Nacional da Habitação, ainda hoje seguido pela Caixa Econômica Federal, que considera esta percentagem o máximo tolerável de gasto direto no financiamento habitacional" (FJP, 2013:18).

opção, e acaba por comprometer parte significativa da renda disponível que precisa atender outras necessidades para além da moradia.

- 4. Adensamento excessivo de domicílios alugados:** ocorre quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por dormitório. O número de dormitórios, por sua vez, corresponde ao total de cômodos que servem de dormitório em caráter permanente e apenas para os moradores do domicílio⁷. Em 2010, consideraram-se todos os moradores do domicílio na contagem de moradores.

A partir desses elementos constitutivos pode-se entender o déficit habitacional como déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque. Os domicílios rústicos, acrescidos daqueles que apresentam uma condição de depreciação tal que requerem sua substituição inevitável, se enquadram nessa rubrica de déficit por reposição de estoque⁸. O déficit por incremento de estoque, por sua vez, abrange os domicílios improvisados, parte da coabitação familiar e dois tipos de domicílios alugados – os que apresentam adensamento excessivo e aqueles em que as famílias pobres (com renda familiar até três salários mínimos) pagam 30% ou mais da sua renda para o locador.

Desde meados dos anos 1990, quando a FJP começou os estudos sobre as necessidades habitacionais do País e desenvolveu a metodologia de cálculo do déficit habitacional, esta vem passando por avaliações sistemáticas a partir de debates entre especialistas da área, o que, juntamente com a crescente disponibilidade de informações, possibilitaram modificações e o aprimoramento na metodologia original, tornando o cálculo mais preciso.

Esse acompanhamento e a busca pela apreensão das modificações que ocorrem no espaço geográfico são fundamentais, tendo em vista que o Estado brasileiro vem utilizando essas informações em nível de País, de regiões geográficas, de Unidades da Federação e de municípios para subsidiar o planejamento de ações públicas e privadas, no médio e no longo prazo, com o propósito de formular estratégias de enfrentamento das necessidades

⁷ Conforme FJP (2013), citando a metodologia do IBGE, “cômodos são todos os compartimentos integrantes do domicílio separados por paredes, inclusive banheiros e cozinha, e os existentes na parte externa do prédio, desde que constituam parte integrante do domicílio. Não são considerados os corredores, alpendres, varandas abertas e outros compartimentos utilizados para fins não residenciais, como garagens, depósitos etc.” (p.19).

⁸ De acordo com Ribeiro et. al. (2015), há um percentual de imóveis antigos que, por apresentarem precariedade limitada, em função de terem passado por manutenção e reformas regularmente, exigem apenas reparos na estrutura física, de modo que continuam em condições de serem habitados. Esses imóveis são classificados como domicílios inadequados e não são considerados déficit para efeito da metodologia de cálculo do déficit habitacional.

habitacionais do País a partir do perfil do déficit habitacional, levando em conta a diversidade socioeconômica presente nas esferas nacional e subnacional.

2.2 - Déficit habitacional total e relativo segundo a situação de domicílio.

As informações obtidas para os municípios da RGI_Udia apontam um déficit habitacional total de 34.404 unidades, em 2010, o que corresponde a 6,2% do déficit total do Estado de Minas Gerais (557.371 unidades).

Em termos absolutos, como se vê na Tabela 5, o déficit mostra-se mais elevado nos maiores municípios (em número de população), com destaque para o município polo de Uberlândia, com déficit de 20.101 unidades (58,4% do déficit total), seguido pelos municípios: Ituiutaba (3.773 unidades ou 11%), Araguari (3.428 ou 10%), Monte Carmelo (1.107 ou 3,2%), Prata (924 ou 2,7%) e Campina Verde (845 ou 2,5%). No quadro geral, enquanto o déficit habitacional total do município de Uberlândia é de 20.101 unidades, todos os demais municípios somam um déficit de 14.303 – 41,6% do total calculado para a Região Geográfica Intermediária -, o que deixa em evidência que o maior déficit habitacional observado, em termos absolutos, é o do município polo da região em análise.

Em termos relativos, comparando o déficit habitacional (34.404) ao total de domicílios particulares permanentes da RGI_Udia (344.493), constata-se que 10% desses domicílios se enquadram em algum critério de déficit (34.404). Em Minas Gerais, esse percentual é um pouco menor (9,2%), enquanto no País é de 12,1%.

Os resultados por município mostram que o município polo de Uberlândia, que concentra o maior número de domicílios particulares permanentes (195.807 ou 56,8%) em relação ao total contado para a RGI, não é o município que apresenta o maior déficit habitacional total relativo; enquanto aponta um percentual de 10,3% de seus domicílios em condição de déficit, municípios menores exibem maiores (piores) resultados - Araporã (14,4%), Campina Verde (12,9%), Romaria (11,8%), Ituiutaba (11,7%), Prata (11,2%) e Centralina (11%) -, evidenciando que, nessas localidades, há maior porcentagem de domicílios que apresentam os critérios de déficit habitacional (Tabela 5).

Tabela 5 - Região Geográfica Intermediária de Uberlândia – Minas Gerais (RGI_Udia): déficit habitacional total e relativo ao total de domicílios particulares permanentes por situação de domicílio segundo os municípios, 2010.

24 Municípios da RGI	Déficit Habitacional Total					
	Absoluto			Relativo ¹ (Domicílios Particulares Permanentes = 100)		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Abadia dos Dourados	146	113	34	6,3	7,6	4,0
Araguari	3.428	3.294	134	9,7	10,0	5,4
Araporã	259	252	7	14,4	14,7	8,0
Cachoeira Dourada	40	37	3	5,1	5,4	2,7
Campina Verde	845	622	223	12,9	12,6	13,8
Canápolis	331	317	14	9,0	9,6	3,6
Capinópolis	407	385	21	8,2	8,3	6,6
Cascalho Rico	45	36	9	4,3	5,6	2,3
Centralina	357	339	17	11,0	11,4	6,4
Douradoquara	27	24	3	4,0	5,5	1,2
Estrela do Sul	170	131	39	7,0	6,6	8,4
Grupiara	19	18	1	3,8	4,2	1,7
Gurinhata	187	83	104	8,6	8,4	8,8
Indianópolis	100	73	26	5,1	5,7	4,0
Ipiacu	68	64	3	4,8	5,1	2,5
Iraí de Minas	163	132	31	8,1	8,4	7,1
Ituiutaba	3.773	3.654	118	11,7	11,8	7,9
Monte Alegre de Minas	496	380	116	7,4	7,6	6,7
Monte Carmelo	1.107	1.022	85	7,4	7,8	4,6
Prata	924	501	423	11,2	8,0	22,0
Romaria	135	117	18	11,8	13,2	7,1
Santa Vitória	522	455	67	8,6	9,1	6,1
Tupaciguara	757	726	32	9,2	9,7	4,3
Uberlândia	20.101	19.482	618	10,3	10,2	12,4
Brasil	6.940.691	5.885.528	1.055.163	12,1	11,9	13,0
Minas Gerais	557.371	507.756	49.615	9,2	9,8	5,9
Déficit Habitacional Total				Déficit Habitacional Total Relativo		
RGI	34.404	32.257	2.146	10,0	10,1	9,0
Polo: Uberlândia	20.101	19.482	618	10,3	10,2	12,4
Demais municípios	14.303	12.775	1.528	9,6	9,8	8,2
Participação relativa (%)						
RGI	100	100	100			
Polo: Uberlândia	58,4	60,4	28,8			
Demais municípios	41,6	39,6	71,2			
Participação relativa (%)						
RGI	100	93,8	6,2			
Polo: Uberlândia	100	96,9	3,1			
Demais municípios	100	89,3	10,7			

FONTE: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil 2010. (Elaborada pelos autores).

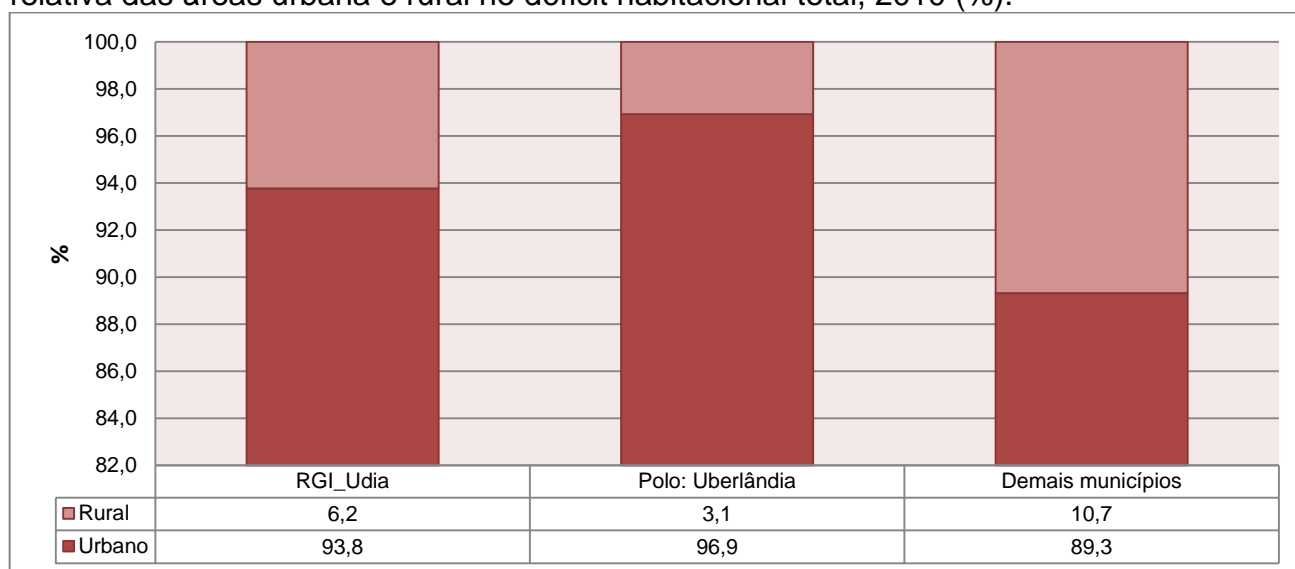
1. Déficit Habitacional Total Relativo é o déficit absoluto (déficit total) dividido pelo número de domicílios particulares permanentes.

Ainda de acordo com a Tabela 5, na análise por situação de domicílio, em termos absolutos, o déficit habitacional total da RGI está concentrado na área urbana (93,8%)

relativamente à área rural (6,2%), retratando o que também ocorre no município polo de Uberlândia, cujos percentuais são: 96,9% e 3,1%, respectivamente, bem como nos demais municípios da região, onde 89,3% do déficit habitacional absoluto estão no setor urbano e 10,7%, no setor rural (Gráfico 1).

Nesse quadro, grande parcela dos municípios evidencia os maiores números de unidades do déficit habitacional na área urbana, com exceção de alguns que apontam números absolutos de déficit mais elevados na área rural (Tabela 5) - são exemplos: Gurinhatã (do total de 187 unidades de déficit, 104 referem-se ao déficit habitacional rural) e Prata (do total de 924 unidades de déficit, 423 são atribuídas ao déficit na área rural).

Gráfico 1 - Região Geográfica Intermediária de Uberlândia (RGI_Udia): participação relativa das áreas urbana e rural no déficit habitacional total, 2010 (%).



FONTE: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil 2010. (Elaborado pelos autores).

Na comparação do déficit habitacional total com o número de domicílios particulares permanentes, por situação de domicílio (Tabela 5), constata-se que o déficit habitacional relativo urbano da RGI_Udia (10,1%) se mostrou pouco mais elevado do que o de Minas Gerais (9,8%), mas inferior ao do País (11,9%). Dos 24 municípios da unidade em análise, 7 apresentaram déficit habitacional urbano igual ou superior a 10% - Araporã (14,7%), Romaria (13,2%), Campina Verde (12,6%), Ituiutaba (11,8%), Centralina (11,4%), Uberlândia (10,2%) e Araguari (10%).

No que tange ao déficit habitacional relativo da área rural, na RGI_Udia (9%), este também se mostrou mais elevado do que o do estado (5,9%), porém menor do que o do Brasil (13%), e, em três municípios, seu resultado superou o do déficit habitacional urbano: Prata (22%, em comparação a 8% relativos ao déficit na área urbana), Campina Verde (13,8% e 12,6%, respectivamente) e Uberlândia (12,4% e 10,2%, respectivamente).

Os resultados da Tabela 5 mostram que os municípios com os piores déficits absolutos podem ou não ser os que têm piores déficits relativos. Sem considerar o número de domicílios permanentes existentes, os sete municípios com os piores déficits totais absolutos são: Uberlândia (20.101 unidades), Ituiutaba (3.773), Araguari (3.428), Monte Carmelo (1.107), Prata (924), Campina Verde (845) e Tupaciguara (757). Por outra parte, a partir da relação do déficit habitacional total com o número de domicílios permanentes, os sete municípios com os piores déficits totais relativos são: Araporã (14,4%), Campina Verde (12,9%), Romaria (11,8%), Ituiutaba (11,7%), Prata (11,2%), Centralina (11%) e Uberlândia (10,3%).

Quanto à situação de domicílio, em termos de déficit habitacional relativo aos domicílios particulares permanentes, a maior quantidade de unidades em condições de déficit é encontrada no meio urbano relativamente ao meio rural, com exceção de alguns poucos municípios em que é mais elevado o déficit na área rural do que na área urbana – Campina Verde (13,8% *vis à vis* 12,6% na área urbana); Uberlândia (12,4% versus 10,2%, respectivamente); Prata (22% versus 8%) e Estrela do Sul (8,4% e 6,6%).

2.3 – Déficit habitacional por componentes.

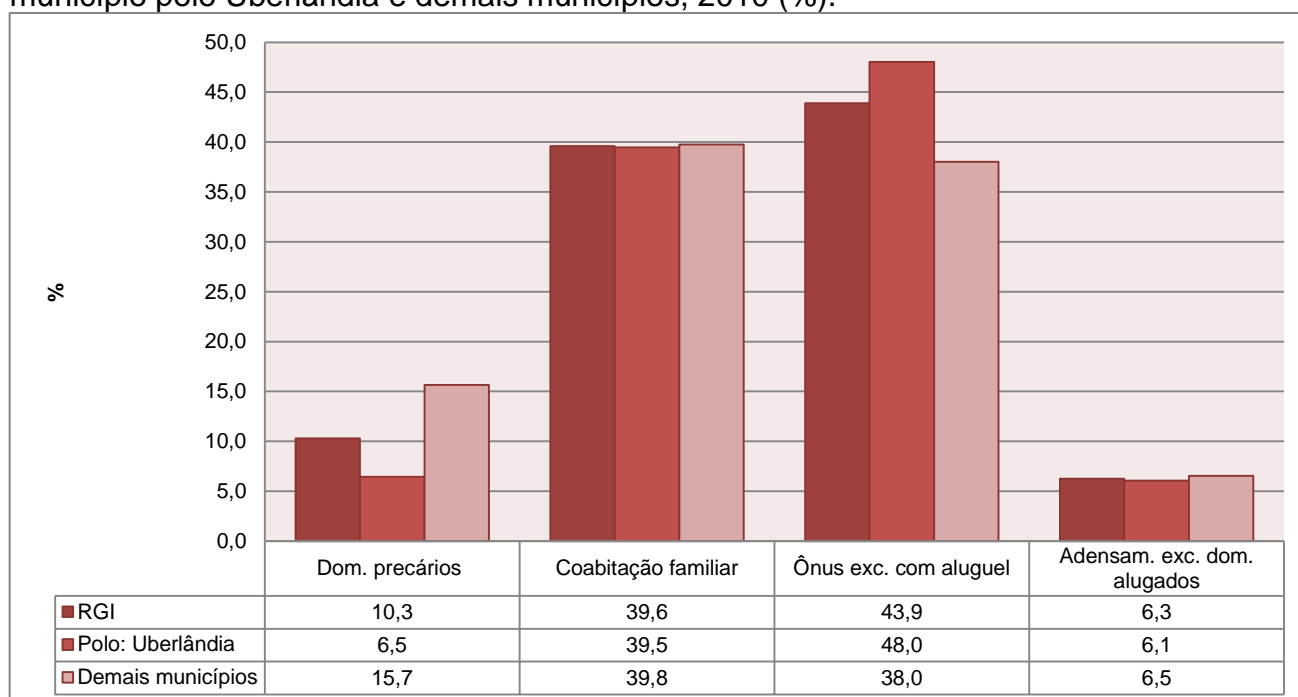
Na distribuição do déficit habitacional, por componentes, na RGI_Udia, em termos absolutos, o item Ônus excessivo com aluguel é o que tem maior participação relativa (43,9%), seguido por Coabitação familiar (39,6%). Juntos, esses dois componentes representam 28.713 unidades de déficit - 83% do número de unidades de déficit total (34.404) da região em estudo. Os outros componentes, Domicílios precários (10,3%) e Adensamento excessivo de domicílios alugados (6,3%), têm percentuais menos expressivos, que correspondem, juntos, a 5.691 unidades (16,5% do total de unidades de déficit) (Gráfico 2).

Com exceção de alguns poucos municípios, com população menor que 10.000 habitantes em 2010, nota-se a concentração do déficit habitacional por Ônus excessivo com aluguel e por Coabitação Familiar nos municípios com maior volume de habitantes.

No município polo de Uberlândia, os componentes Ônus excessivo com aluguel e Coabitação familiar também são os que têm as maiores participações relativas: 48% e 39,5%, respectivamente, somando, juntos, 87,5% do déficit habitacional total do município, o que corresponde a 17.586 unidades de déficit -, enquanto o componente “Domicílios precários” tem participação relativa menor (6,5%) do aquele evidenciado para a unidade

em análise (10,3%). O componente Adensamento excessivo de domicílios alugados registrou percentual semelhante ao da RGI_Udia (6,1%). Ressalta-se que, do total de 15.096 unidades que se encontram em condição de Ônus excessivo com aluguel na RGI_Udia, a maioria (64%) se localiza no município polo, o que também é verdadeiro para as unidades em condição de coabitação familiar – do total de 13.617, 58,2% foram identificadas em Uberlândia (Tabela 6).

Gráfico 2 – Região Geográfica Intermediária de Uberlândia – Minas Gerais (RGI_Udia): distribuição relativa dos componentes do déficit no déficit habitacional total: RGI_Udia, município polo Uberlândia e demais municípios, 2010 (%).



FONTE: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil 2010. (Elaborado pelos autores).

Nos demais municípios da RGI_Udia, com uma pequena diferença de 1,73 pontos percentuais entre os componentes Coabitação familiar e Ônus excessivo com aluguel, o primeiro supera o segundo – 39,8% e 38%, respectivamente. Já o componente Domicílios precários é mais elevado (15,7%) do que aquele registrado para o município polo (6,5%), ou seja, há mais unidades em condições precárias nos demais municípios da região em análise do que em Uberlândia - em números absolutos, existem 2.239 unidades *vis à vis* 1.298, respectivamente. O componente Adensamento excessivo de domicílios alugados, na composição do déficit habitacional total, tem participação relativa semelhante à evidenciada no município polo: 6,5% *vis à vis* 6,1%, respectivamente (Tabela 6).

Tabela 6 - Região Geográfica Intermediária de Uberlândia – Minas Gerais (RGI_Udia): déficit habitacional total por componentes e percentual em relação ao déficit total, segundo os municípios, 2010.

24 Municípios da RGI_Udia	Déficit Habitacional Total (1)	Domicílios Precários		Coabitação Familiar		Ônus excessivo com aluguel		Adensamento excessivo de domicílios alugados	
		Absoluto (2)	Relativo 2/1 (%)	Absoluto (3)	Relativo 3/1 (%)	Absoluto (4)	Relativo 4/1 (%)	Absoluto (5)	Relativo 5/1 (%)
Abadia dos Dourados	146	22	14,9	51	35,1	73	50,0	-	-
Araguari	3.428	167	4,9	1.564	45,6	1.470	42,9	226	6,6
Araporã	259	7	2,8	119	45,9	97	37,3	36	14,1
Cachoeira Dourada	40	-	-	31	78,6	5	13,5	3	7,9
Campina Verde	845	364	43,1	193	22,8	278	32,9	10	1,2
Canápolis	331	71	21,4	134	40,5	91	27,4	35	10,7
Capinópolis	407	28	7,0	188	46,2	172	42,3	18	4,5
Cascalho Rico	45	5	10,9	16	35,2	24	53,9	-	-
Centralina	357	82	22,9	129	36,1	131	36,9	14	4,1
Douradoquara	27	4	15,0	16	60,1	4	14,7	3	10,2
Estrela do Sul	170	45	26,7	91	53,3	24	14,4	9	5,5
Grupiara	19	1	6,9	12	63,4	6	29,7	-	-
Gurinhatã	187	97	52,1	58	30,9	24	13,1	7	3,9
Indianópolis	100	10	9,6	46	46,1	31	30,7	14	13,6
Ipiaçu	68	-	-	42	61,6	16	23,7	10	14,7
Iraí de Minas	163	26	15,9	56	34,2	65	39,9	16	9,9
Ituiutaba	3.773	538	14,2	1.429	37,9	1.556	41,3	250	6,6
Monte Alegre de Minas	496	120	24,2	163	32,8	200	40,4	13	2,7
Monte Carmelo	1.107	40	3,6	501	45,3	429	38,8	136	12,3
Prata	924	355	38,4	358	38,8	164	17,8	47	5,1
Romaria	135	12	9,0	60	44,4	53	39,1	10	7,5
Santa Vitória	522	176	33,6	190	36,4	127	24,4	29	5,5
Tupaciguara	757	69	9,1	242	31,9	398	52,6	48	6,4
Uberlândia	20.101	1.298	6,5	7.930	39,5	9.656	48,0	1.217	6,1
Déficit Habitacional Total									
RGI	34.404	3.537		13.617		15.096		2.154	
Polo: Uberlândia	20.101	1.298		7.930		9.656		1.217	
Demais municípios	14.303	2.239		5.687		5.440		937	
Participação relativa (%)									
RGI	100	100		100		100		100	
Polo: Uberlândia	58,4	36,7		58,2		64,0		56,5	
Demais municípios	41,6	63,3		41,8		36,0		43,5	
Participação relativa (%)									
RGI	100	10,3		39,6		43,9		6,3	
Polo: Uberlândia	100	6,5		39,5		48,0		6,1	
Demais municípios	100	15,7		39,8		38,0		6,5	

FONTE: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil 2010. (Elaborada pelos autores).

Nota: O sinal – significa dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Ao observar as informações dos componentes do déficit habitacional dos 24 municípios da RGI_Udia, em termos absolutos - ou seja, sem levar em consideração, ainda, o número de domicílios particulares permanentes -, percebe-se que, para a maior

parte deles, as participações relativas, somadas, dos itens Ônus excessivo com aluguel e Coabitação familiar são elevadas - variando de 60% a 93% -, mas evidenciando o predomínio do item Coabitação familiar com os maiores percentuais (Tabela 6).

Doze municípios registraram as maiores participações de domicílios em condições de Coabitação familiar relativamente ao total de unidades de déficit que possuem, dos quais se destacam: Cachoeira Dourada (78,6%), Grupiara (63,4%), Ipiaçu (61,6%), Douradoquara (60,1%) e Estrela do Sul (53,3%). Em outros, o componente Ônus excessivo com aluguel foi mais expressivo: Cascalho Rico (53,9%), Tupaciguara (52,6%), Abadia dos Dourados (50%), Uberlândia (48%), Ituiutaba (41,3%) e Monte Alegre de Minas (40,4%). Nesses municípios, mais de 40% do déficit se devem ao alto valor pago pelas famílias, com rendimento de até três salários mínimos, para residirem em casa alugada.

Com relação ao componente Domicílios precários, constata-se que há maior presença de unidades nessa condição nos municípios: Gurinhatã (com participação relativa de 52,1% no total de unidades de déficit existentes no município); Campina Verde (43,1%), Prata (38,4%) e Santa Vitória (33,6%), que conta com participações próximas a esse percentual para os componentes Coabitação familiar (36,4%) e Ônus excessivo com aluguel (24,4%).

O componente Adensamento excessivo de domicílios alugados registrou as menores participações relativas no total do déficit habitacional da RGI_Udia, que variaram entre 0% a 15%. Os municípios com os percentuais mais elevados, embora inferiores aos demais componentes já analisados, foram: Ipiaçu (14,7%), Araporã (14,1%), Indianópolis (13,6%), Monte Carmelo (12,3%), Canápolis (10,7%) e Douradoquara (10,2%).

A Tabela 7 mostra os componentes do déficit habitacional em relação ao total de domicílios. Inicialmente, pode-se observar que, em quase todos os municípios da RGI_Udia, os percentuais relativos mais altos correspondem àqueles referentes aos componentes Ônus excessivo com aluguel e Coabitação familiar, enquanto os mais baixos correspondem a Domicílios precários e Adensamento excessivo de domicílios alugados.

Dentre os 24 municípios da RGI_Udia, Araporã se destacou com as maiores participações de domicílios em que há Coabitação familiar (6,6%), Ônus excessivo com aluguel (5,4%) e Adensamento excessivo de domicílios alugados (2%), ou seja, do total de domicílios permanentes (1.795), em 119 havia coabitação familiar; em 97 unidades domiciliares verificou-se a existência de famílias que gastavam mais de 30% de seus rendimentos com aluguel, e em outras 36 foram encontradas famílias morando em condições de adensamento excessivo em imóvel alugado. Somente 7 domicílios foram identificados como precários nesse município (0,4%).

Tabela 7 - Região Geográfica Intermediária de Uberlândia – Minas Gerais (RGI_Udia): Déficit habitacional por componente relativo ao total de domicílios segundo os municípios, 2010 (%).

24 Municípios da RGI_Udia	Total de domicílios particulares permanentes	Componentes do déficit habitacional							
		Domicílios Precários		Coabitação Familiar		Ônus excessivo com aluguel		Adensamento excessivo de domicílios alugados	
		Total	Relativo ao total de domicílios	Total	Relativo ao total de domicílios	Total	Relativo ao total de domicílios	Total	Relativo ao total de domicílios
Abadia dos Dourados	2.314	22	0,9	51	2,2	73	3,2	-	-
Araguari	35.449	167	0,5	1.564	4,4	1.470	4,1	226	0,6
Araporã	1.795	7	0,4	119	6,6	97	5,4	36	2,0
Cachoeira Dourada	781	-	-	31	4,0	5	0,7	3	0,4
Campina Verde	6.544	364	5,6	193	2,9	278	4,3	10	0,2
Canápolis	3.688	71	1,9	134	3,6	91	2,5	35	1,0
Capinópolis	4.982	28	0,6	188	3,8	172	3,5	18	0,4
Cascalho Rico	1.041	5	0,5	16	1,5	24	2,3	-	-
Centralina	3.237	82	2,5	129	4,0	131	4,1	14	0,4
Douradoquara	669	4	0,6	16	2,4	4	0,6	3	0,4
Estrela do Sul	2.432	45	1,9	91	3,7	24	1,0	9	0,4
Grupiara	505	1	0,3	12	2,4	6	1,1	-	-
Gurinhata	2.166	97	4,5	58	2,7	24	1,1	7	0,3
Indianópolis	1.948	10	0,5	46	2,4	31	1,6	14	0,7
Ipiacũ	1.410	-	-	42	3,0	16	1,1	10	0,7
Iraí de Minas	2.012	26	1,3	56	2,8	65	3,2	16	0,8
Ituiutaba	32.359	538	1,7	1.429	4,4	1.556	4,8	250	0,8
Monte Alegre de Minas	6.706	120	1,8	163	2,4	200	3,0	13	0,2
Monte Carmelo	14.953	40	0,3	501	3,4	429	2,9	136	0,9
Prata	8.218	355	4,3	358	4,4	164	2,0	47	0,6
Romaria	1.137	12	1,1	60	5,3	53	4,6	10	0,9
Santa Vitória	6.103	176	2,9	190	3,1	127	2,1	29	0,5
Tupaciguara	8.237	69	0,8	242	2,9	398	4,8	48	0,6
Uberlândia	195.807	1.298	0,7	7.930	4,0	9.656	4,9	1.217	0,6
Total									
RGI	344.493	3.537		13.617		15.096		2.154	
Polo: Uberlândia	195.807	1.298		7.930		9.656		1.217	
Demais municípios	148.686	2.239		5.687		5.440		937	
Participação relativa (%)									
RGI	100	100		100		100		100	
Polo: Uberlândia	56,8	36,7		58,2		64,0		56,5	
Demais municípios	43,2	63,3		41,8		36,0		43,5	

FONTES: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil 2010. (Elaborada pelos autores).

Nota: O sinal – significa dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

O município polo de Uberlândia foi o segundo com os maiores percentuais relativos ao total de domicílios no que se refere aos componentes Ônus excessivo com aluguel (4,9% ou 9.656 unidades domiciliares) e Coabitação familiar (4% ou 7.930), apresentando percentual próximo de 1% para Domicílios precários (1.298 unidades domiciliares nessa condição) e 0,6%(ou 1.217) para o componente Adensamento excessivo de domicílios alugados.

Novamente, o déficit habitacional na RGI_Udia, quando analisado em relação aos domicílios particulares permanentes, evidencia a prevalência dos componentes Ônus excessivo com aluguel e Coabitação Familiar em alguns dos municípios mais populosos – Uberlândia, Araguari, Ituiutaba, Monte Carmelo e Tupaciguara -, visto que, em outros municípios desse grupo, são mais elevados os percentuais relativos ao componente Domicílios precários – Campina Verde e Prata.

Nota-se que o componente Ônus excessivo com aluguel é menos expressivo nas localidades em que há maior presença de Domicílios precários. Nos municípios Gurinhatã, Prata, Santa Vitória e Centralina, onde os percentuais relativos de domicílios em condições de precariedade, dentre os domicílios particulares permanentes, variaram entre 2% e 4,5%, os percentuais referentes a Ônus excessivo com aluguel foram alguns dos mais baixos - variaram entre 1% e 2,1% -, com exceção de Centralina, que também registrou elevado percentual de domicílios em que havia ônus excessivo com imóvel alugado (4,1%), e Campina Verde, onde foram registrados 5,6% do total de domicílios permanentes em condições de precariedade, ao mesmo tempo em que 4,3% dos domicílios evidenciaram a situação de ônus excessivo com aluguel.

2.4. Déficit habitacional urbano por componentes e por faixas de rendimento domiciliar

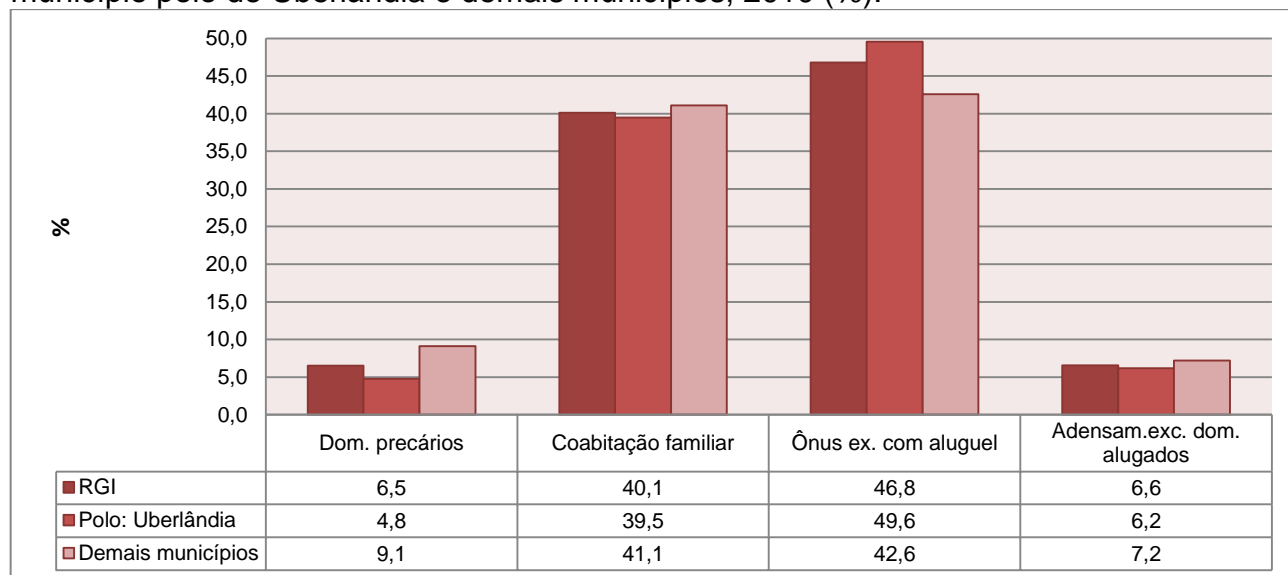
Como visto, o déficit habitacional na RGI_Udia encontra-se majoritariamente na área urbana (93,8%) relativamente à área rural (6,2%). Por isso, a análise mais detalhada do déficit habitacional urbano pode constituir informação importante para o direcionamento de ações necessárias ao atendimento dessa face das necessidades habitacionais.

No estudo por componentes, observa-se que, do total de 32.257 unidades de déficit habitacional urbano, 46,8% referem-se ao componente Ônus excessivo com aluguel, seguido do componente Coabitação familiar, com 40,1%. Juntos, esses dois itens do déficit correspondem a mais de 85% do total de unidades de déficit, enquanto os outros componentes têm participações relativas mais baixas – Adensamento excessivo em domicílios alugados (6,6%) e Domicílios precários (6,5%) (Gráfico 3 e Tabela 8).

Esse quadro é semelhante no município polo de Uberlândia, porém, com um percentual relativo maior no que se refere ao componente Ônus excessivo com aluguel (49,6%), e percentual próximo ao da RGI_Udia quanto à Coabitação familiar (39,5%). Juntos, esses dois componentes somam 89,1% do déficit habitacional urbano em 2010, ao

lado dos demais: Adensamento excessivo em domicílios alugados (6,2%) e Domicílios precários (4,8%).

Gráfico 3 – Região Geográfica Intermediária de Uberlândia – Minas Gerais (RGI_Udia): distribuição relativa dos componentes do déficit no déficit habitacional urbano: RGI_Udia, município polo de Uberlândia e demais municípios, 2010 (%).



FONTE: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil 2010. (Elaborado pelos autores).

Nos demais municípios também são elevadas as participações relativas referentes aos componentes Ônus excessivo com aluguel (42,6%) e Coabitação familiar (41,1%), somando 84% do déficit habitacional urbano. Contudo, nota-se que os percentuais relativos quanto a Domicílios precários (9,1%) e Adensamento excessivo em domicílios alugados (7,2%) mostram-se ligeiramente superiores aos do município polo, com diferenças de 4,3 pontos percentuais e 1 ponto percentual, respectivamente (Gráfico 3)..

Os componentes do déficit habitacional urbano, quando comparados com o total de domicílios urbanos (Tabela 8), evidencia a preponderância dos itens Ônus excessivo com aluguel e Coabitação familiar em muitos municípios da região em estudo, com destaque para: Romaria (6,0% e 5,8%, respectivamente); Araporã (5,6% e 6,7%); Campina Verde (5,6% e 3,5%); Tupaciguara (5,3% e 3,1%); Uberlândia (5,1% e 4,0%) e Ituiutaba (5,0% e 4,6%).

O componente Domicílios precários apresentou maiores percentuais relativos, referentes ao número de domicílios urbanos, nos municípios: Campina Verde (3,3%); Guirinhatã (3,3%); Santa Vitória (2,6%); Centralina (2,3%) e Canápolis (1,9%). Esses municípios também registraram percentuais relativos significativos quanto ao item Ônus

excessivo com aluguel, ainda que não tenham sido os percentuais mais elevados nessa categoria (Tabela 8).

Tabela 8 - Região Geográfica Intermediária de Uberlândia – Minas Gerais (RGI_Udia): déficit habitacional urbano total, relativo ao total de domicílios urbanos (%) e por componentes do déficit, segundo os municípios, 2010.

24 Municípios da RGI	Déficit habitacional urbano		Componentes do déficit habitacional urbano							
			Domicílios Precários		Coabitação Familiar		Ônus excessivo com aluguel		Adensamento excessivo de domicílios alugados	
	Absoluto	Relativo ao total de domicílios urbanos	Total	Relativo ao total de domicílios urbanos	Total	Relativo ao total de domicílios urbanos	Total	Relativo ao total de domicílios urbanos	Total	Relativo ao total de domicílios urbanos
Abadia dos Dourados	113	7,6	6	0,4	34	2,3	73	5,0	-	-
Araguari	3.294	10,0	83	0,3	1.515	4,6	1.470	4,5	226	0,7
Araporã	252	14,7	4	0,2	115	6,7	97	5,6	36	2,1
Cachoeira Dourada	37	5,4	-	-	29	4,2	5	0,8	3	0,5
Campina Verde	622	12,6	162	3,3	172	3,5	278	5,6	10	0,2
Canápolis	317	9,6	63	1,9	128	3,9	91	2,8	35	1,1
Capinópolis	385	8,3	15	0,3	180	3,9	172	3,7	18	0,4
Cascalho Rico	36	5,6	2	0,3	10	1,5	24	3,7	-	-
Centralina	339	11,4	70	2,3	124	4,2	131	4,4	14	0,5
Douradoquara	24	5,5	2	0,5	15	3,5	4	0,9	3	0,6
Estrela do Sul	131	6,6	19	1,0	78	4,0	24	1,2	9	0,5
Grupiara	18	4,2	-	-	12	2,9	6	1,3	-	-
Gurinhatã	83	8,4	32	3,3	19	1,9	24	2,5	7	0,7
Indianópolis	73	5,7	-	-	29	2,2	31	2,4	14	1,0
Ipiaçu	64	5,1	-	-	38	3,0	16	1,3	10	0,8
Iraí de Minas	132	8,4	3	0,2	48	3,0	65	4,2	16	1,0
Ituiutaba	3.654	11,8	432	1,4	1.416	4,6	1.556	5,0	250	0,8
Monte Alegre de Minas	380	7,6	50	1,0	121	2,4	200	4,0	9	0,2
Monte Carmelo	1.022	7,8	20	0,2	451	3,4	429	3,3	122	0,9
Prata	501	8,0	22	0,4	268	4,2	164	2,6	47	0,7
Romaria	117	13,2	3	0,3	51	5,8	53	6,0	10	1,1
Santa Vitória	455	9,1	133	2,6	166	3,3	127	2,5	29	0,6
Tupaciguara	726	9,7	46	0,6	233	3,1	398	5,3	48	0,6
Uberlândia	19.482	10,2	932	0,5	7.694	4,0	9.656	5,1	1.200	0,6
Total										
RGI	32.257		2.097		12.946		15.096		2.118	
Polo: Uberlândia	19.482		932		7.694		9.656		1.200	
Demais municípios	12.775		1.165		5.252		5.440		917	
Partic. relativa (%)										
RGI	100		100		100		100		100	
Polo: Uberlândia	60,4		44,4		59,4		64,0		56,7	
Demais municípios	39,6		55,6		40,6		36,0		43,3	
Particip. relativa (%)										
RGI	100		6,5		40,1		46,8		6,6	
Polo: Uberlândia	100		4,8		39,5		49,6		6,2	
Demais municípios	100		9,1		41,1		42,6		7,2	

FONTE: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil 2010. (Elaborada pelos autores).

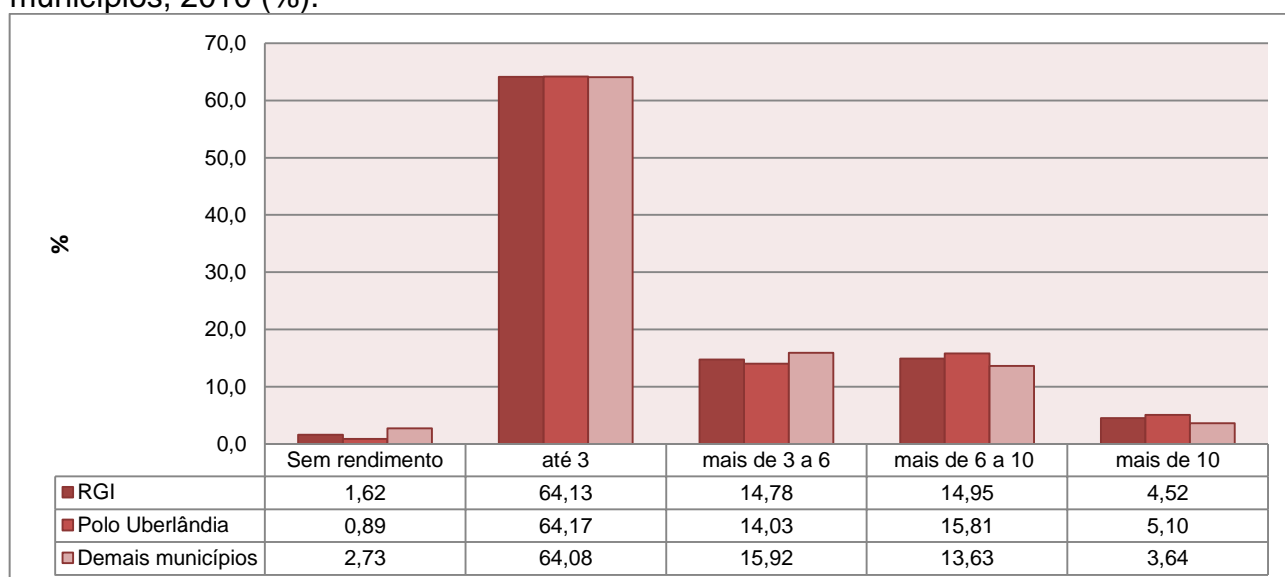
Nota: O sinal – significa dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Quanto ao componente Adensamento excessivo de domicílios alugados, pode-se observar que sua participação no total de domicílios particulares permanentes urbanos é inferior a 1% para a quase totalidade dos municípios (Tabela 8).

No que se refere à distribuição do déficit habitacional urbano por renda, foi utilizada a definição de cinco classes de rendimento para os domicílios urbanos: sem rendimentos; com rendimento de até três salários mínimos; rendimento acima de três e até seis salários mínimos; rendimento acima de seis e até dez salários mínimos, e rendimento acima de dez salários mínimos. Os resultados mostram que o déficit habitacional está presente em todas as faixas de rendimento, mas concentra-se nas faixas de renda mais baixas.

Do total de 32.257 domicílios urbanos afetados pelo déficit na RGI_Udia, em 2010, 64,13% (20.687) têm rendimento de até três salários mínimos, os quais, somados àqueles domicílios que não contam com qualquer rendimento (523 ou 1,62%), totalizam mais de 65%. O percentual de domicílios com rendimento acima de três e até seis salários mínimos (14,78%), afetado pelo déficit, não difere muito do percentual de domicílios com rendimento acima de seis até dez salários mínimos (14,95%) que se encontram nessa situação. É menor a presença de déficit habitacional nos domicílios com rendimento acima de dez salários mínimos (4,52%) (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Região Geográfica Intermediária de Uberlândia – Minas Gerais (RGI_Udia): déficit habitacional urbano segundo a distribuição percentual das faixas de rendimentos domiciliar (em salários mínimos): RGI_Udia, município polo Uberlândia e demais municípios, 2010 (%).



FONTE: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil 2010. (Elaborado pelos autores).

No município polo de Uberlândia observa-se um quadro semelhante ao evidenciado pela RGI_Udia: 65% do déficit habitacional urbano está concentrado nas famílias sem

rendimento e naquelas com renda entre zero e três salários mínimos; 14,03% nas famílias com rendimento acima de três e até seis salários mínimos; 15,81% naquelas com rendimento acima de seis e até dez salários mínimos, e 5,10% nas famílias com rendimento superior a dez salários mínimos (Gráfico 4).

No conjunto dos demais municípios, a maior incidência do déficit habitacional está, também, nos domicílios com rendimento de até três salários mínimos (64,08%), seguidos daqueles em que a renda domiciliar está nas faixas “mais de três a seis salários mínimos” (15,92%), “mais de seis a dez salários mínimos” (13,63%) e “mais de dez salários mínimos” (3,64%). Um percentual de 2,73% dos domicílios que foram registrados como “sem rendimento” são afetados pelo déficit habitacional na região em estudo (Gráfico 4).

A Tabela 9 mostra a composição do déficit habitacional urbano dos vinte e quatro municípios da RGI_Udia segundo as faixas de rendimento domiciliar (em salários mínimos).

Observa-se, inicialmente, que os domicílios com rendimento de até três salários mínimos são os mais afetados pelo déficit habitacional urbano na quase totalidade dos municípios, com participações relativas variando entre 30% e 83%. Alguns municípios, com pouco mais de 6.000 habitantes em 2010⁹, são os que apresentam os percentuais mais elevados de déficit nessa faixa de renda domiciliar: Gurinhatã (82,5%), Abadia dos Dourados (80,9%), Ipiaçu (73,4%) e Iraí de Minas (72,4%). Nestes, o déficit habitacional também atinge mais de 12% dos domicílios com rendimentos nas faixas “mais de três a seis salários mínimos” e “mais de seis a dez salários mínimos”.

Os municípios com mais de 15.000 habitantes, além de registrarem participações relativas de déficit habitacional urbano elevado nos domicílios com rendimento de até três salários mínimos, e também naqueles com rendimentos nas faixas “mais de três a seis salários mínimos” e “mais de seis a dez salários mínimos”, também começam a evidenciar o déficit nos domicílios caracterizados como Sem rendimento, com percentuais que variam entre 2% a 11%.

Percebe-se, ainda, que, nos municípios mais populosos, como Uberlândia, Araguari, Ituiutaba e Monte Carmelo, o déficit habitacional urbano afeta todas as faixas de rendimento, com maior incidência nos domicílios com renda domiciliar de até três salários mínimos (com percentuais relativos acima de 60%), mas também presente nos domicílios com rendimentos superiores - acima de três e até seis salários mínimos (variando entre 14% e 17%), acima de seis e até dez salários mínimos (entre 11% e 17%) e acima de dez

⁹ As informações sobre a população residente em cada município, em 2010, encontram-se no primeiro capítulo desta série de estudos sobre a Região Geográfica Intermediária de Uberlândia.

salários mínimos (entre 3% e 6%). Nesses municípios, mostra-se mais baixo o déficit habitacional na faixa “sem rendimento” em relação aos municípios menores.

Tabela 9 - Região Geográfica Intermediária de Uberlândia – Minas Gerais (RGI_Udia): participação relativa das faixas de rendimento domiciliar (em salários mínimos) no déficit habitacional urbano segundo os municípios, 2010 (%).

24 Municípios da RGI	Déficit habitacional urbano	Déficit habitacional urbano por Faixas de Rendimento Domiciliar (Salários Mínimos) - (%)				
		Sem rendimento	até 3	mais de 3 a 6	mais de 6 a 10	mais de 10
Abadia dos Dourados	113	-	80,9	6,6	6,4	6,1
Araguari	3.294	1,6	60,7	16,0	16,5	5,2
Araporã	252	1,7	57,3	24,5	10,8	5,7
Cachoeira Dourada	37	-	30,4	40,4	17,8	11,5
Campina Verde	622	7,0	70,6	12,2	8,7	1,5
Canápolis	317	1,8	51,7	22,3	14,5	9,7
Capinópolis	385	2,1	69,0	15,0	8,5	5,4
Cascalho Rico	36	6,9	66,5	11,4	15,2	-
Centralina	339	11,3	68,8	9,5	10,5	-
Douradoquara	24	-	48,4	18,2	33,4	-
Estrela do Sul	131	2,6	48,1	34,5	13,2	1,7
Grupiara	18	21,0	43,8	21,9	13,3	-
Gurinhata	83	-	82,5	9,6	3,1	4,9
Indianópolis	73	1,7	68,5	19,2	10,7	-
Ipiáçu	64	-	73,4	12,8	13,8	-
Iraí de Minas	132	-	72,4	12,6	12,1	2,9
Ituiutaba	3.654	1,9	64,1	16,2	14,8	2,9
Monte Alegre de Minas	380	9,0	71,9	12,7	5,1	1,3
Monte Carmelo	1.022	1,9	67,4	16,9	11,2	2,6
Prata	501	2,2	53,2	15,3	24,5	4,8
Romaria	117	5,8	63,8	10,5	14,0	5,9
Santa Vitória	455	2,3	70,5	13,7	12,0	1,4
Tupaciguara	726	4,7	69,3	16,1	7,1	2,8
Uberlândia	19.482	0,9	64,2	14,0	15,8	5,1
Total						
RGI	32.257	523	20.687	4.767	4.822	1.458
Polo: Uberlândia	19.482	174	12.501	2.733	3.080	994
Demais municípios	12.775	349	8.186	2.034	1.741	464
Participação relativa (%)						
RGI	100	1,62	64,13	14,78	14,95	4,52
Polo Uberlândia	100	0,89	64,17	14,03	15,81	5,10
Demais municípios	100	2,73	64,08	15,92	13,63	3,64

FONTE: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil 2010. (Elaborada pelos autores).

Nota: O sinal - significa dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

As Tabelas 10 a 14 trazem a distribuição percentual relativa dos componentes do déficit no total do déficit habitacional urbano de cada faixa de rendimento para os vinte e quatro municípios da RGI_Udia.

Na Tabela 10, em que estão dispostas as informações sobre os domicílios urbanos sem rendimento afetados pelo déficit habitacional, num total de 523 na região em estudo,

verifica-se que 78,9% (ou 413) correspondem ao componente Ônus excessivo com aluguel; 14,4% (ou 75) referem-se a Domicílios precários e 6,7% (ou 35) à Coabitação familiar. O componente Adensamento excessivo de domicílios alugados é igual a zero nessa faixa de renda porque os domicílios urbanos caracterizados como sem rendimento englobam os domicílios alugados que não se enquadram nos critérios de precariedade ou de coabitação (FJP, 2013).

Entre os domicílios urbanos com rendimento de até três salários mínimos (20.687), o Ônus excessivo com aluguel também se destaca dentre os demais componentes do déficit habitacional, com 71% do total do déficit nessa faixa de rendimento. Com exceção de alguns poucos municípios, o Ônus excessivo com aluguel, juntamente com a Coabitação familiar, que tem participação relativa de 14,08% no total, são os dois componentes com maior incidência nos domicílios com rendimento de até três salários mínimos que estão em situação de déficit, configurando um quadro em que se percebe, de um lado, a dificuldade de pagar para morar em imóvel alugado, e, de outro, a existência de famílias morando juntas, mas que manifestaram a necessidade de terem a sua própria residência (Tabela 11).

Quanto à distribuição dos componentes do déficit habitacional em domicílios urbanos com rendimento maior que três e até seis salários mínimos (4.767), o componente Coabitação familiar aparece com 85% de participação no total do déficit, seguido de Adensamento excessivo de domicílios alugados (9%) e de Domicílios precários (6%). O componente Ônus excessivo com aluguel, por definição, não se aplica a essa faixa de rendimento (Tabela 12).

Nos domicílios que têm rendimento maior que seis e até dez salários mínimos (4.823), a Coabitação familiar tem participação ainda mais elevada na composição do déficit habitacional urbano (91,5%), seguida, de longe, pelos componentes Adensamento excessivo de domicílios alugados (6,5%) e Domicílios precários (2%). Assinala-se que, assim como dito quanto à faixa de rendimento anterior a essa, o componente Ônus excessivo com aluguel também não se aplica a essa faixa de rendimento (Tabela 13).

Por fim, entre os domicílios de faixa de renda domiciliar mais alta, acima de dez salários mínimos (1.458), a Coabitação familiar chegou à participação relativa de 95,5% em comparação com as participações dos outros dois componentes – Adensamento excessivo de domicílios alugados (3,4%) e Domicílios precários (1,1%). O componente Ônus excessivo com aluguel não se aplica a essa faixa de rendimento (Tabela 14).

Tabela 10 - Região Geográfica Intermediária de Uberlândia – Minas Gerais (RGI_Udia): déficit habitacional para os domicílios urbanos sem rendimento e participação relativa dos componentes do déficit (%), segundo os municípios, 2010.

24 Municípios da RGI	Domicílios urbanos sem rendimento				
	Déficit habitacional	Componente			
		Participação relativa dos componentes (%)			
Total =100	Domicílios Precários	Coabitação Familiar	Ônus excessivo com aluguel	Adensamento excessivo de domicílios alugados	
Abadia dos Dourados	-	-	-	-	-
Araguari	52	-	16,3	83,7	-
Araporã	4	-	-	100,0	-
Cachoeira Dourada	-	-	-	-	-
Campina Verde	44	24,4	-	75,6	-
Canápolis	6	100,0	-	0,0	-
Capinópolis	8	-	41,3	58,7	-
Cascalho Rico	2	-	-	100,0	-
Centralina	38	25,9	-	74,1	-
Douradoquara	-	-	-	-	-
Estrela do Sul	3	-	-	100,0	-
Grupiara	4	-	-	100,0	-
Gurinhata	-	-	-	-	-
Indianópolis	1	-	-	100,0	-
Ipiacu	-	-	-	-	-
Iraí de Minas	-	-	-	-	-
Ituiutaba	70	25,3	-	74,7	-
Monte Alegre de Minas	34	60,5	-	39,5	-
Monte Carmelo	20	55,0	-	45,0	-
Prata	11	-	100,0	0,0	-
Romaria	7	-	-	100,0	-
Santa Vitória	11	-	-	100,0	-
Tupaciguara	34	-	10,1	89,9	-
Uberlândia	174	-	5,0	95,0	-
Total	523	14,4	6,7	78,9	-

FONTE: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil 2010. (Elaborada pelos autores).

Nota: O sinal – significa dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Tabela 11 - Região Geográfica Intermediária de Uberlândia – Minas Gerais (RGI_Udia): déficit habitacional para os domicílios urbanos com rendimento de até 3 salários mínimos e participação relativa dos componentes do déficit (%), segundo os municípios, 2010.

24 Municípios da RGI	Domicílios urbanos com rendimento de Até 3 salários mínimos				
	Déficit habitacional	Participação relativa dos componentes (%)			
		Total =100	Domicílios Precários	Coabitação Familiar	Ônus excessivo com aluguel
Abadia dos Dourados	91	6,2	13,4	80,4	-
Araguari	1.999	2,9	17,6	71,4	8,1
Araporã	145	2,6	25,7	63,9	7,8
Cachoeira Dourada	11	-	24,5	47,5	27,9
Campina Verde	439	28,6	13,3	55,8	2,3
Canápolis	164	32,2	8,4	55,5	4,0
Capinópolis	266	5,6	24,5	63,0	6,9
Cascalho Rico	24	-	9,4	90,6	-
Centralina	233	25,6	26,4	44,2	3,8
Douradoquara	12	-	43,1	33,7	23,2
Estrela do Sul	63	25,0	32,7	33,4	9,0
Grupiara	8	-	75,2	24,8	-
Gurinhata	69	43,0	10,8	35,5	10,7
Indianópolis	50	-	28,3	58,6	13,1
Ipiacaçu	47	-	55,0	34,0	11,0
Iraí de Minas	96	2,8	14,0	68,2	15,0
Ituiutaba	2.343	14,8	16,0	64,2	5,0
Monte Alegre de Minas	273	7,1	21,3	68,3	3,2
Monte Carmelo	689	1,3	22,3	61,0	15,4
Prata	267	8,4	19,2	61,6	10,8
Romaria	74	3,7	25,1	61,7	9,4
Santa Vitória	321	35,5	20,8	36,3	7,3
Tupaciguara	503	5,4	15,6	73,1	5,9
Uberlândia	12.501	5,6	12,5	75,9	6,0
Total	20.687	7,8	14,8	71,0	6,4

FONTE: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil 2010. (Elaborada pelos autores).

Nota: O sinal – significa dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Tabela 12 - Região Geográfica Intermediária de Uberlândia – Minas Gerais (RGI_Udia): déficit habitacional para os domicílios urbanos com rendimento acima de 3 e até 6 salários mínimos e participação relativa dos componentes do déficit (%), segundo os municípios, 2010.

24 Municípios da RGI	Domicílios urbanos com rendimento acima de 3 e até 6 salários mínimos				
	Déficit habitacional	Participação relativa dos componentes (%)			
		Total =100	Domicílios Precários	Coabitação Familiar	Ônus excessivo com aluguel
Abadia dos Dourados	7	-	100,0	..	-
Araguari	529	2,7	88,7	..	8,6
Araporã	62	-	75,1	..	24,9
Cachoeira Dourada	15	-	100,0	..	-
Campina Verde	76	28,7	71,3	..	-
Canápolis	71	6,0	84,3	..	9,7
Capinópolis	58	-	100,0	..	-
Cascalho Rico	4	-	100,0	..	-
Centralina	32	-	82,5	..	17,5
Douradoquara	4	52,6	47,4	..	-
Estrela do Sul	45	-	91,7	..	8,3
Grupiara	4	-	100,0	..	-
Gurinhata	8	34,9	65,1	..	-
Indianópolis	14	-	68,0	..	32,0
Ipiacu	8	-	100,0	..	-
Iraí de Minas	17	-	100,0	..	-
Ituiutaba	591	7,1	82,5	..	10,4
Monte Alegre de Minas	48	10,9	89,1	..	-
Monte Carmelo	173	-	90,9	..	9,1
Prata	76	-	90,6	..	9,4
Romaria	12	-	100,0	..	-
Santa Vitória	63	15,2	84,8	..	-
Tupaciguara	117	16,3	67,8	..	15,9
Uberlândia	2.733	6,8	84,5	..	8,7
Total	4.767	6,4	84,7	..	8,9

FONTE: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil 2010. (Elaborada pelos autores).

Nota: 1. O sinal – significa dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

2. O sinal .. significa Não se aplica dado numérico.

Tabela 13 - Região Geográfica Intermediária de Uberlândia – Minas Gerais (RGI_Udia): déficit habitacional para os domicílios urbanos com rendimento acima de 6 até 10 salários mínimos e participação relativa dos componentes do déficit (%), segundo os municípios, 2010.

24 Municípios da RGI	Domicílios urbanos com rendimento acima de 6 e até 10 salários mínimos				
	Déficit habitacional	Participação relativa dos componentes (%)			
		Total =100	Domicílios Precários	Coabitação Familiar	Ônus excessivo com aluguel
Abadia dos Dourados	7	-	100,0	..	-
Araguari	542	-	96,7	..	3,3
Araporã	27	-	92,7	..	7,3
Cachoeira Dourada	7	-	100,0	..	-
Campina Verde	54	6,0	94,0	..	-
Canápolis	46	-	86,9	..	13,1
Capinópolis	33	-	100,0	..	-
Cascalho Rico	6	35,8	64,2	..	-
Centralina	36	-	100,0	..	-
Douradoquara	8	-	100,0	..	-
Estrela do Sul	17	17,6	82,4	..	-
Grupiara	2	-	100,0	..	-
Gurinhatã	3	-	100,0	..	-
Indianópolis	7	-	72,8	..	27,2
Ipiaçu	9	-	45,1	..	54,9
Iraí de Minas	16	-	87,6	..	12,4
Ituiutaba	543	4,7	82,2	..	13,1
Monte Alegre de Minas	19	-	100,0	..	-
Monte Carmelo	114	-	100,0	..	-
Prata	123	-	91,1	..	8,9
Romaria	16	-	100,0	..	-
Santa Vitória	55	16,4	72,7	..	10,9
Tupaciguara	52	-	100,0	..	-
Uberlândia	3.081	1,7	92,1	..	6,1
Total	4.823	2,0	91,5	..	6,5

FONTE: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil 2010. (Elaborada pelos autores).

Nota: 1. O sinal – significa dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

2. O sinal .. significa Não se aplica dado numérico.

Tabela 14 - Região Geográfica Intermediária de Uberlândia – Minas Gerais (RGI_Udia): déficit habitacional para os domicílios urbanos com rendimento acima de 10 salários mínimos e participação relativa dos componentes do déficit (%), segundo os municípios, 2010.

24 Municípios da RGI	Domicílios urbanos com rendimento acima de 10 salários mínimos				
	Déficit habitacional	Participação relativa dos componentes (%)			
		Total =100	Domicílios Precários	Coabitação Familiar	Ônus excessivo com aluguel
Abadia dos Dourados	7	-	100,0	..	-
Araguari	173	6,1	93,9	..	-
Araporã	14	-	46,4	..	53,6
Cachoeira Dourada	4	-	100,0	..	-
Campina Verde	9	-	100,0	..	-
Canápolis	31	-	48,0	..	52,0
Capinópolis	21	-	100,0	..	-
Cascalho Rico	0	-	-	..	-
Centralina	0	-	-	..	-
Douradoquara	0	-	-	..	-
Estrela do Sul	2	-	100,0	..	-
Grupiara	0	-	-	..	-
Gurinhatã	4	-	100,0	..	-
Indianópolis	0	-	-	..	-
Ipiáçu	0	-	-	..	-
Iraí de Minas	4	-	100,0	..	-
Ituiutaba	108	-	100,0	..	-
Monte Alegre de Minas	5	100,0	-	..	-
Monte Carmelo	26	-	100,0	..	-
Prata	24	-	100,0	..	-
Romaria	7	-	54,4	..	45,6
Santa Vitória	6	-	100,0	..	-
Tupaciguara	20	-	100,0	..	-
Uberlândia	994	-	97,7	..	2,3
Total	1.458	1,1	95,5	..	3,4

FONTE: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil 2010. (Elaborada pelos autores).

Nota: 1. O sinal – significa dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

2. O sinal .. significa Não se aplica dado numérico.

Considerações Finais

O presente estudo do déficit habitacional da Região Geográfica Intermediária de Uberlândia (RGI_Udia), para o ano de 2010, evidenciou, inicialmente, que, no *ranking* dos 24 municípios componentes, em termos absolutos, o município polo de Uberlândia é o que detém o déficit mais elevado, seguido por alguns dos municípios com maior volume de população – Ituiutaba, Araguari e Monte Carmelo.

Em termos relativos, quando é considerado o número de domicílios particulares permanentes em cada município, Uberlândia está em 7ª posição, com 10,3% de seus domicílios em condição de déficit, atrás de municípios menores que exibem maiores (piores) resultados - Araporã (14,4%), Campina Verde (12,9%), Romaria (11,8%), Ituiutaba (11,7%), Prata (11,2%) e Centralina (11%) -, evidenciando que, nessas localidades, há maior porcentagem de domicílios que apresentam os critérios de déficit habitacional.

Nesse quadro, considerando a evolução do número de domicílios na RGI_Udia, analisada na primeira parte deste capítulo, que mostrou o maior crescimento na quantidade de domicílios particulares permanentes em Uberlândia, relativamente aos demais municípios, pode-se inferir que o déficit relativo desse município poderia ter sido mais elevado caso o aumento no número de domicílios fosse menor. Enquanto o polo experimentou um crescimento relativo de 35% no número de domicílios ao longo da década de 2000, os outros municípios contaram com uma expansão de domicílios em 20%, o que, associado ao menor ritmo de crescimento da população residente, pode ter contribuído para um déficit relativo menor que o esperado para um dos maiores municípios do Estado de Minas Gerais.

Na composição do déficit habitacional na região em estudo, os componentes Ônus excessivo com aluguel e Coabitação Familiar registraram as maiores participações relativas, somando um total de 83% de unidades de déficit em 2010. Os outros componentes, Domicílios precários (10,3%) e Adensamento excessivo de domicílios alugados (6,3%), têm percentuais menos expressivos, que correspondem, juntos, a 17% do total de unidades de déficit. Esse é também o comportamento observado no município polo de Uberlândia e em grande parte dos municípios da região, configurando um quadro em que se percebe, de um lado, a dificuldade de pagar para morar em imóvel alugado, e, de outro, a existência de famílias morando juntas, mas que manifestaram a necessidade de terem a sua própria residência.

Quando o déficit habitacional é visto segundo a situação de domicílio, confirma-se a preponderância do déficit na área urbana relativamente à área rural, tanto na RGI_Udia

(93,8% vis à vis 6,2%, respectivamente) quanto na quase totalidade de seus municípios componentes.

Assim como no quadro geral, o déficit habitacional urbano também tem como componentes com maiores pesos o Ônus excessivo com aluguel e a Coabitação familiar, que, juntos, respondem por 85% do total de unidades de déficit, enquanto os outros componentes têm participações relativas mais baixas – Adensamento excessivo em domicílios alugados (6,6%) e Domicílios precários (6,5%).

No que se refere à distribuição do déficit habitacional urbano por renda, pode-se afirmar que o déficit afeta todos os níveis de renda, porém, as famílias com rendimento domiciliar de até três salários mínimos são as mais atingidas, as quais, somadas àquelas sem rendimento, foram as que tiveram as maiores participações relativas na quase totalidade dos municípios. Nessas famílias, o Ônus excessivo com aluguel e a Coabitação familiar são os dois componentes com maior incidência, embora também sejam importantes os percentuais de pessoas vivendo em domicílios precários e em situação de adensamento excessivo em domicílios alugados. A renda baixa ou a falta dela (no caso das famílias sem rendimento) impõem dificuldades de habitação no espaço urbano, comprometendo o acesso à moradia, provavelmente o bem mais valioso de famílias de baixa renda.

Esta primeira análise do déficit habitacional na RGI_Udia mostrou ser importante fazer estudos complementares que levem em conta tanto a demanda habitacional por fatores demográficos, decorrente das mudanças nos arranjos familiares e na própria composição da população brasileira, quanto a demanda habitacional domiciliar, ligada à necessidade de substituição de domicílios precários ou sem condições de habitabilidade. Necessário se faz também levantar os elementos que levam a população de baixa renda a estar sob as condições do ônus excessivo com aluguel ou da coabitação familiar; elementos esses que demandam informações sobre o comportamento do mercado imobiliário quanto à valorização do espaço urbano e sobre a estrutura de emprego e renda na região em estudo e em seus municípios componentes.

Em última instância, cabe afirmar que o cumprimento do sexto artigo constitucional, que garante a moradia como direito social, impõe a necessidade de, não apenas conhecer a realidade habitacional de determinado espaço geográfico, mas também, e principalmente, mudar a realidade desse espaço por meio de uma política estatal de permanente aumento dos investimentos, públicos e privados, para o atendimento das necessidades habitacionais diversas, atuais e futuras, sejam elas de provisão, urbanização, melhoria, reforma, locação, entre outras.

Referências Bibliográficas

- ALVES, José Eustáquio D.; CAVENAGHI, Suzana. Déficit Habitacional, famílias conviventes e condições de moradia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2., 2006, Rio de Janeiro. Anais Rio de Janeiro: IBGE 2006.
- ALVES, José Eustáquio D.; CAVENAGHI, Suzana. A demanda habitacional demográfica brasileira de 2001 a 2011. Informe Gepec, Unioeste: Paraná, v.18, n.1, p.138-155, jan./jun., 2014. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/9371/7454>. Acesso em: novembro de 2018.
- AMORE, Caio Santo e LEITÃO, Karina. O espaço existe, o espaço importa: impactos da austeridade fiscal na provisão de habitação social e na urbanização de favelas. In: ROSSI, Pedro; DEWECK, Esther e OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. (orgs.). Economia para poucos: Impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Universitária, 2018, p. 215-241.
- AZEVEDO, Sérgio de. e ARAUJO, Maria Bernadette. Questões metodológicas sobre o “déficit habitacional”: o perigo de abordagens corporativas. Cadernos Metrópole, São Paulo, n. 17, p.241-255, 2007.
- CEDEPLAR, 2018. Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões / Editores Mônica Viegas Andrade e Eduardo da Motta e Albuquerque; revisão de Maria Clara Xavier. – Belo Horizonte: CEDEPLAR - UFMG, 2018. 440 p.
- CEPES - Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais. Painel de Informações Municipais. Uberlândia: CEPES/IEUFU, 2018. Disponível em: http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/CEPES_Painel_Informacoes_Municipais_Uberlandia_2018.pdf. Acesso em: out. 2018.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. *Déficit Habitacional no Brasil 2000*. Belo Horizonte, 2001.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. *Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010*. Belo Horizonte, 2013.
- IBGE. Censo Demográfico de 2010. Manual do Recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. Necessidades habitacionais em cidades médias da Bahia. Anais do V Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, 2016. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/4434/4230>. Acesso em outubro de 2018.

RIBEIRO, Adriana M.; VIANA, Raquel M. e AZEVEDO, Sérgio de. Déficit habitacional municipal em Minas Gerais. Caderno de Geografia, v.25, n.43, 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/download/8438/7606>. Acesso em: outubro de 2018.

WONG, L.L.R; BARRIOS, M.L.; FERREIRA, V.C. O denominador no desenho das políticas públicas: a população brasileira e suas mudanças demográficas. In: CEDEPLAR, 2018. Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões / Editores Mônica Viegas Andrade e Eduardo da Motta e Albuquerque; revisão de Maria Clara Xavier. – Belo Horizonte: CEDEPLAR - UFMG, 2018. 440 p.

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais - CEPES

Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 1J – Sala 1J 132
Campus Santa Mônica CEP: 38.400-902. Uberlândia – Minas Gerais.

Fone: (34) 3239-4157 / (34) 3239-4322

Site: <http://www.ie.ufu.br/cepes>

e-mail: cepes@ufu.br